



# PORTFÓLIO

*Euro Defesa Portugal*

ESTÁGIO ACADÉMICO EURODEFENSE-PORTUGAL

2024

## **A Guerra no Continente Europeu e os desafios à Defesa Nacional. As respostas Europeias ao Serviço Militar. O caso de Portugal**

*Autoria*

**Eduardo Burnay**

**Gabriela Mota**

**Lourenço Pinto**

**Mariana Carteadó Cost**

*Coordenação*

**TGen António Fontes**

**Ramos**



# Índice

Introdução .....	1
1 – O Serviço Militar em Portugal e a opinião dos Portugueses .....	3
1.1 – O Contexto Histórico .....	3
1.2 - O abandono do Serviço Militar Obrigatório .....	4
1.3 – A Situação Atual .....	5
1.4 – O Serviço Militar em números .....	7
1.5 - A opinião dos Portugueses .....	8
2 - A situação das Forças Armadas Portuguesas .....	11
2.1 - O Caso concreto das Forças Armadas de Portugal .....	11
2.2 - As Considerações dos Chefes dos Estados Maiores dos Ramos .....	13
2.3 - Carreira nas Forças Armadas: Tabelas Remuneratórias e progressão de carreira .....	16
3 – A Evolução do Modelo do Serviço Militar na Europa .....	23
3.1 - Correlação do Passado e as influências no Presente .....	23
4- Estudos de Caso: O Serviço Militar Obrigatório na Suíça e na Suécia .....	28
4.1 – O caso da Suíça .....	28
4.2 – O caso da Suécia .....	31
5 – Considerações Finais .....	38
6 - Referências Bibliográficas .....	40

## Introdução

Assistimos em pleno séc. XXI, a profundas alterações geopolíticas e ao desenrolar de tensões, conflitos e guerras que pensávamos estar ultrapassadas há muito.

Ao contrário do esperado, segundo o Global Peace Index, existem atualmente 56 conflitos em curso, o que representa o maior número desde a Segunda Guerra Mundial. Além disso, estes conflitos envolvem 92 países em ações fora de suas fronteiras, o que representa igualmente o maior envolvimento internacional de entidades estatais desde que este Índice é elaborado<sup>1</sup>.

Várias razões contribuíram para esta situação tão perigosa, cuja análise está fora do âmbito desta reflexão coletiva. O facto é que o ambiente de “competição entre as Grandes Potências” está hoje inserido nos Conceitos Estratégicos de todas elas, ou porque o subscrevem ou porque as outras o fazem, e as restantes consideram necessário reagir a esse comportamento internacional. O que tende a transformar o mundo numa espécie de jogo de soma-nula em que os ganhos de qualquer potência são considerados perdas das outras, o que tende a transformar o contexto mundial num ambiente perverso e perigoso de belicosidade frequente, que se acrescenta às outras razões propiciadoras da conflitualidade.

O regresso da Guerra à Europa com a invasão da Ucrânia, em que não se vislumbra ainda um “estado final” e que pode escalar a outras regiões vizinhas, coloca desafios que ninguém suporia possíveis há 10 anos. O Primeiro-Ministro Polaco Donald Tusk colocou a questão em termos de algum dramatismo quando “alertou que a Europa está numa ‘era de pré-guerra’, mas que ainda tem um ‘longo caminho a percorrer’ antes de estar pronta para enfrentar a ameaça representada pela Rússia” (Edwards C., Brown B., and Brennan E. 2024). E continuou dizendo que "A guerra já não é um conceito do passado. É real e começou há mais de dois anos. O mais preocupante no momento é que literalmente qualquer cenário é possível. Não víamos uma situação como esta desde 1945."

É neste contexto que se insere esta reflexão. Nela, pretendemos analisar o impacto da Guerra na Europa sobre as forças armadas, e em particular na disponibilidade de recursos humanos para reagir a situações inesperadas como a que vivemos. Procuraremos caracterizar a

---

<sup>1</sup> Global Peace Index, Highest number of countries engaged in conflict since World War II, Vision of Humanity, June 11, 2024 in <https://www.visionofhumanity.org/highest-number-of-countries-engaged-in-conflict-since-world-war-ii/>

situação de carência de efetivos militares em Portugal e apresentar algumas reflexões que possam ser úteis.

O estudo está dividido em cinco capítulos: o primeiro capítulo apresenta uma síntese do Contexto Histórico do Serviço Militar Obrigatório, em Portugal e no Mundo, ilustrando a situação atual e refletindo os resultados da opinião pública portuguesa. O capítulo seguinte analisa as perspetivas nacionais centrada na análise discursiva de altos dirigentes das Forças Armadas e descrevendo e analisando alguns fatores quantitativos como as tabelas remuneratórias e a variação de efetivos. De notar também que, neste capítulo, dados relativos à opinião pública portuguesa também serão analisados, em complementaridade com a análise efetuada no capítulo anterior.

No terceiro capítulo, pretende-se compreender as consequências na situação atual, relativamente às necessidades da União Europeia, à gestão de crises e à diminuição de efetivos militares, bem como do distanciamento entre as Sociedades e as Forças Armadas em Portugal. No quarto capítulo, são analisados dois Estudos de Caso de Estados europeus: a Suíça e a Suécia. Através da introdução destes Estudos de Caso, pretende-se comparar os mesmos, compreendendo as suas características, bem como as suas vantagens e desvantagens, com o objetivo de perceber se estes dois modelos de Serviço Militar Obrigatório (SMO) poderiam ser implementados em Portugal. Por fim, no último capítulo, serão apresentadas as conclusões e algumas considerações finais do presente estudo, através de uma reflexão de tudo o foi abordado ao longo do mesmo, com o objetivo de que os resultados encontrados nesta investigação possam “abrir caminho” para futuras investigações sobre este tema.

# 1 – O Serviço Militar em Portugal e a opinião dos Portugueses

## 1.1 – O Contexto Histórico

O Serviço Militar Obrigatório (SMO) em Portugal manteve-se até 2004 (Monteiro, 2018) e compreendia um dever constitucional dos cidadãos portugueses do sexo masculino elegíveis, a partir do dia 1 de janeiro do ano em que completavam 18 anos<sup>2</sup>. A duração do SMO variou ao longo das décadas, sendo estipulado entre 12 a 15 meses no Exército e 18 a 20 meses na Marinha e na Força Aérea em 1987<sup>3</sup>. A partir de 1991 foi reduzido para 4 meses (RTP Arquivos, 1990). Já o cumprimento das obrigações militares ia até aos 38 anos de idade, em 1988, sendo depois reduzido para 35 anos, em 1999 (República Portuguesa, 2017).

Durante o período em que o SMO esteve em vigor, desde a primeira Constituição de 1911 (Monteiro, 2018), o número mais elevado de efetivos constatou-se durante a Guerra Colonial, nomeadamente, entre 1961 e 1974 (Monteiro, 2018). Com a Revolução dos Cravos e o fim do Estado Novo a 25 de Abril de 1974, deu-se também a independência das últimas colónias portuguesas, levando ao fim da Guerra Colonial e assim, o recrutamento diminuiu significativamente (Monteiro, 2018).

O fim do Estado Novo com a independência das ex-colónias, permitiu reconfigurar fundamentalmente as necessidades, estruturas e composição das Forças Armadas. A liberdade de expressão, a democracia e a discussão pública de prioridades nacionais diversas, veio colocar uma tónica diferente na atribuição de recursos e no posicionamento nacional em matéria de defesa e segurança, agora mais integrado na NATO. A dimensão de efetivos foi sendo reduzida e a sua preparação ajustada ao cenário europeu (Monteiro, 2018). Esta alteração e abertura política permitiram a alteração progressiva das leis que circunscreviam o SMO (Monteiro, 2018), nomeadamente quanto aos efetivos a recrutar e à sua duração, sendo que as juventudes partidárias desempenharam um papel relevante nesse requisito (Monteiro, 2018).

Durante a década de 90, a pressão partidária ia no sentido de tornar voluntário o serviço militar, defendendo que a obrigatoriedade do mesmo não fazia sentido na conjuntura nacional e internacional (Monteiro, 2018). Em 1997, o SMO foi retirado da Constituição (Monteiro,

---

<sup>2</sup>Art.º5 “Decreto de Lei n.º 2135”. *Diário da República* n.º163/1968, Série I de 1968-07-11, páginas 987 - 998. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/2135-1968-272665>

<sup>3</sup>Art. 27º “Decreto de Lei n.º30/87”. *Diário da República* n.º 153/1987, Série I de 1987-07-07, páginas 2630 - 2636. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/30-420192>

2018), e através da nova Lei do Serviço Militar de 1999 e do Regulamento de 2000 (Monteiro, 2018), em 2004, após um período de 4 anos de transição, foi implementado um serviço militar estritamente voluntário (Monteiro, 2018).

## 1.2 - O abandono do Serviço Militar Obrigatório

Os fatores que justificaram o abandono do SMO passaram não só pela alteração das condições externas mas também pela vontade dos Estados reduzirem a despesa pública considerada dispensável (Monteiro, 2018).

Este sentimento surgiu impulsionado pelas alterações geopolíticas que caracterizaram o final do século XX, que incluíram, em Portugal, o supracitado fim da Guerra Colonial, diminuindo a necessidade de efetivos, e, a nível mundial, o final da Guerra Fria, com a queda do Bloco Soviético, que permitiu a redução de efetivos e o abandono do SMO em vários países europeus (Monteiro, 2018).

Com as mudanças no ambiente internacional, Portugal, como membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), encarou o momento de unipolaridade dos Estados Unidos da América (EUA), parceiros da Aliança, como algo positivo (Monteiro, 2018). Enquadrando-se na sua *umbrella* de proteção, respaldado pelo art.5.º do Tratado do Atlântico Norte, acabou por ter uma menor necessidade de manter capacidades de defesas nacionais elevadas e constantes.

Ao mesmo tempo, ao integrar a União Europeia (UE) desde 1986, Portugal passou a adaptar as políticas nacionais às dos seus parceiros europeus e, embora a defesa se mantenha sob a alçada da soberania nacional, o país acaba por ser afetado pela tendência geral de abolição do SMO (Monteiro, 2018) (incluindo a França, que aboliu em 2001 (Monteiro, 2024); Espanha no mesmo ano (Monteiro, 2024); a Bélgica em 1994 (Monteiro, 2024).

Neste contexto, cresceu entre os portugueses o apoio pela ideia de que o baixo nível de ameaças externas diminuía a necessidade das Forças Armadas (FA) (Monteiro, 2018) e consequentemente, não justificava a manutenção do SMO que mantinha nas fileiras um número elevado de militares.

Claro que esta alteração ditada pela perceção da redução das ameaças à segurança nacional e internacional e também por uma certa corrente externa de apoio ao voluntariado,

teve graus de exequibilidade e sucesso, dependentes de diversos fatores e condições de cada país. Para além disso, este modelo altera também as relações tradicionais entre o país e as suas forças armadas por onde passava uma boa parte da sua juventude. “Em Portugal (...) orientava-se para uma colagem a modelos importados, acarretando dificuldades acrescidas na obtenção de recursos humanos qualificados para a prestação do serviço militar, induzindo a um maior afastamento dos cidadãos em relação às suas FA, e levando a uma crescente interferência dos executivos governamentais nas políticas de defesa, com uma menor responsabilização da arena parlamentar” (Monteiro, 2018).

Em 2004 instituiu-se o Dia da Defesa Nacional (DDN) (Monteiro, 2018), que se mantém até hoje como um dos únicos vínculos entre os jovens e as FA. O DDN foi criado com o objetivo de fazer com que esse contacto não se extinguisse, podendo ser também um impulsionador da recruta voluntária de novos membros (Monteiro, 2018).

A tendência decrescente do número de acesso voluntário às FA levou ao enfraquecimento da Instituição e tem levado a questionar a sua capacidade para cumprir as missões que lhe são atribuídas e mesmo para defender o país em caso de necessidade (Monteiro, 2018). Assim, o DDN veio a demonstrar-se aquém das expectativas (Monteiro, 2018). O que claramente nos induz à necessidade de debater este assunto com rigor e identificar outros modelos ou medidas que permitam manter o recrutamento dentro de parâmetros de segurança e de sustentabilidade necessários.

Em 2010 deu-se a universalização dos deveres militares, ao alargar os mesmos às cidadãs portuguesas do sexo feminino nascidas após 1992 (República Portuguesa, 2017).

### 1.3 – A Situação Atual

O desestabilizar do ambiente internacional nos últimos anos tem levado à necessidade de reavaliar e de ajustar as necessidades da defesa nacional e, nomeadamente do regresso, ou não, ao SMO. Esta última discussão tem se tornado cada vez mais relevante e, embora uma re-implantação do SMO seja geralmente descartada em debates partidários a nível nacional (Figueiredo, 2024), é uma possibilidade analisada por académicos e pela opinião pública.

Um dos aspetos a ser considerado inclui os contornos de um novo SMO, adaptado aos tempos presentes, que pode ser inspirado em modelos de sucesso de outros países, como iremos analisar, ou em ideias inovadoras.

Entre os fatores que iniciaram ou intensificaram este debate ao longo dos anos, podemos entender como ponto de partida a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 (Figueiredo, 2024). Foi também a partir dessa agressão que se reintroduziu o SMO em países como a Lituânia e a Ucrânia (Figueiredo, 2024).

A invasão da Rússia à Ucrânia em 2022 teve um impacto enorme, tornando-se o maior desafio ao respeito pela lei internacional, ao normativo da Carta das Nações Unidas e à arquitetura de segurança europeia (Macron, 2024). A guerra, que decorre sem fim previsto, veio sensibilizar os cidadãos da UE para a agressão de um país europeu e para o final das décadas de paz que se têm vivido no continente. Em 2024 a Letónia reintroduziu o SMO (Figueiredo, 2024) e vários Estados Membros da UE estão a reavaliar e mudar a estrutura das FA e o acesso às mesmas. Este interesse em revitalizar as FA vem, não só da intenção de se proteger em caso de ataque direto, mas também da vontade de dissuadir o inimigo e evitar o escalar do conflito (Figueiredo, 2024).

Um outro acontecimento de peso passou pela presidência Trump, com o ex-Presidente dos EUA a acusar a OTAN de ser “obsoleta” (Benitez, 2019) e a ameaçar retirar os EUA da mesma (Benitez, 2019). Estas ameaças levaram a Europa a avançar com planos de autonomia estratégica, e a contribuir de forma mais equitativa para a sua defesa no quadro da NATO, ou mesmo a defender o continente sem apoio externo como objetivo último, nunca descartando os aliados (Macron, 2024).

Esta posição do ex-Presidente norte-americano veio abalar a Europa pela importância que os EUA têm na contribuição para o orçamento da OTAN. Em 2019, os EUA contribuíram com mais de 700 mil milhões de USD, comparativamente aos cerca de 300 mil milhões USD vindos da Europa e do Canadá (Odehnal et al., 2021). Deste modo, esta posição americana pressionou os Chefes de Estado europeus a repensar a renovação da capacidade humana e operacional das FA, que, de uma forma generalizada, se encontram debilitadas.

Não só as ameaças bélicas fazem repensar o SMO. O terror instaurado na Europa com o terrorismo, os atentados e a degradação ambiental vieram acender um diálogo sobre a componente cívica da instrução militar e a ligação a valores e à pátria que o SMO fornecia aos jovens (Ferreira, 2017). Quem defende essa componente, afirma que o SMO pode reunir e integrar “jovens de diversas origens sociais, geográficas, culturais” num quadro nacional referencial comum (Monteiro, 2016). No entanto, vale constatar que existem também inúmeros



argumentos contra o SMO, nomeadamente, os ligados à afetação da liberdade dos cidadãos (Figueiredo, 2024), ou a necessidade das forças armadas disporem de militares mais preparados para usar tecnologias mais sofisticadas que exigem mais tempo de preparação que não podem ser assegurados por quem serve apenas alguns meses no SMO.

Assim, num mundo em mudança e com desafios atuais e emergentes que causam instabilidade e desafios sérios à paz que conhecemos, é essencial analisar a necessidade ou não de um SMO, bem como os contornos que o mesmo pode assumir.

#### 1.4 – O Serviço Militar em números

As estatísticas mais recentes do Ministério da Defesa Nacional, correspondentes a 31 de dezembro de 2020, revelam a quantidade de Militares efetivos, que incluem o Pessoal Militar do Quadro Permanente Ativo (QPa), em Regime de Contrato e em Regime de Voluntariado. Assim, poderemos verificar que na Marinha, os Militares correspondiam a 7.399; no Exército, alcançaram os 12.053; e a Força Aérea, incluíam 5.671 (AEDN, 2020). Em conjunto, esses valores somavam 25.123 Militares efetivos (AEDN, 2020).

Ao compararmos estes valores com 2004, o último ano de SMO, a Marinha era constituída por 10.614 Militares; o Exército por 19.716; e a Força Aérea por 7.219. Em conjunto, esses valores somavam 37.549 Militares efetivos (AEDN, 2004). É evidente um decréscimo significativo de efetivos nas FA nacionais. No entanto, essa diferença é ainda mais notória ao comparar esses valores com os números durante a Guerra Colonial.

Em 1974, ano da queda do Regime do Estado Novo e das independências das Colónias, a Marinha detinha de 19.123 militares efetivos, o Exército detinha 200.000 Militares e a Força Aérea detinha 8.250 militares. Correspondendo a um total de 227.373 (Ouro, 2011) Militares efetivos. Esse valor vai decrescer drasticamente após esse ano, chegando aos números atuais de 6.793 Militares efetivos na Marinha; 10.969 no Exército e 5.663 na Força Aérea. Somam-se assim 23.425 militares efetivos em 2023, 86% do sexo masculino e 14% do sexo feminino (Agência Lusa, 2023). Valores estes que são muito inferiores aos 32.000 militares autorizados pelo Governo e estipulados nas últimas Leis previstas nestas matérias (Agência Lusa, 2023).

Os quadros seguintes no próximo ponto apresentam o sentido de evolução, demonstrando os números de forma estatística.

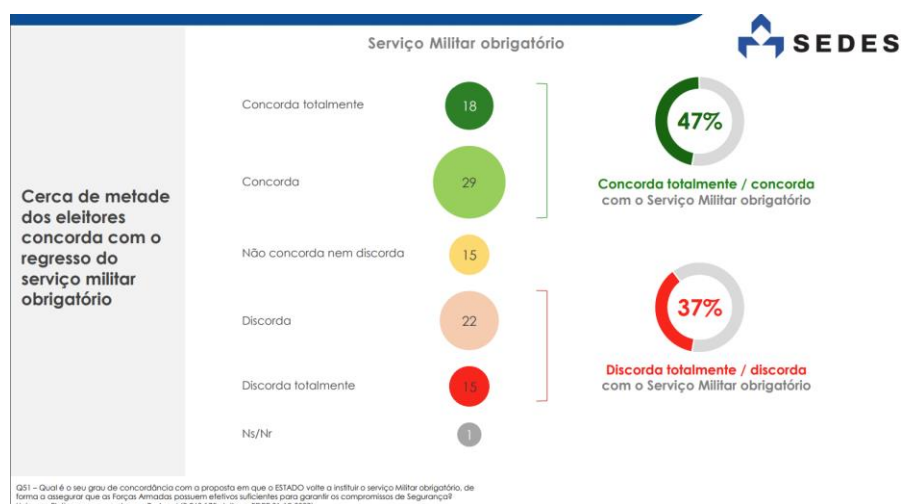
## 1.5 - A opinião dos Portugueses

Inquéritos do Instituto de Defesa Nacional em 2021 concluíram que, entre a população estudada, 46,8% dos Homens defendem que o Serviço Militar Obrigatório (SMO) deve voltar a ser obrigatório, contra 53,2% que considera que deve continuar voluntário. Já nas mulheres, 34% são a favor do SMO, contra 66% que não concordam com o mesmo (Hilário et al., 2021). O que, apesar de tudo, nos parece um número expressivo a favor do SMO.

No que diz respeito a grupos etários, a população que mais suporta o Serviço Militar Obrigatório, com 49,7% dos inquiridos, constitui os maiores de 65 anos; sendo os jovens entre os 18 e os 24 anos os que menos são a favor, com 25,9% apenas (Hilário et al., 2021). É visível um maior apoio ao Serviço Militar Obrigatório com o aumento da idade dos participantes questionados no Estudo.

Um outro fator analisado é o nível de escolaridade, em que a população com um nível mais elevado de educação apoia o serviço voluntário, com valores superiores a 70% em quem frequentou o Ensino Superior. No que diz respeito à população que não ultrapassou o 3º Ciclo de estudos, apenas 53,4% (Hilário et al., 2021) são a favor do sistema voluntário. Embora com oscilações derivadas dos critérios apresentados, o apoio pelo SMO não atingiu os 50% em nenhum dos grupos questionados.

Em sondagem mais recente, levada a cabo pela SEDES<sup>4</sup>, e conduzida em Jan/Fev de 2024 já com os efeitos da Guerra na Ucrânia patentes, verificam-se os seguintes dados expressos no quadro (Figura 1):



<sup>4</sup>Disponível em: <https://sedes.pt/wp-content/uploads/2024/02/Vozes-de-Portugal-2024-completo.pdf>

Há portanto, segundo esta sondagem, um número superior dos que concordam com o regresso ao serviço militar (47%), do que os que discordam (37%) do regresso ao mesmo.

O quadro seguinte (Figura 2), permite acompanhar com mais detalhe o sentido do resultado por idade, região e partilha política:



Serviço Militar obrigatório (%)	Global	Masculino	Feminino	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	≥65 anos
	Base: 820	Base: 380	Base: 440	Base: 98	Base: 100	Base: 122	Base: 142	Base: 136	Base: 222
Discorda totalmente	15	10	19	16	14	25	15	12	11
Discorda	22	21	23	10	30	33	21	25	17
Não concorda nem discorda	15	12	17	16	20	9	16	11	15
Concorda	29	32	27	35	20	21	27	34	34
Concorda totalmente	18	25	12	23	16	11	17	17	21
NS/NR	1	---	2	---	---	1	4	1	2

Serviço Militar obrigatório (%)	Global	A/B	C1	C2/D	Norte	G.Porto	Centro	Lisboa	Sul	Ilhas
	Base: 820	Base: 348	Base: 253	Base: 219	Base: 170	Base: 112	Base: 220	Base: 188	Base: 82	Base: 48
Discorda totalmente	15	17	12	14	15	14	15	17	12	13
Discorda	22	23	24	20	23	20	25	23	20	13
Não concorda nem discorda	15	16	12	15	14	20	11	10	15	33
Concorda	29	28	29	32	33	27	31	26	24	37
Concorda totalmente	18	15	22	18	15	18	14	23	29	4
NS/NR	1	1	1	1	---	1	4	1	---	---

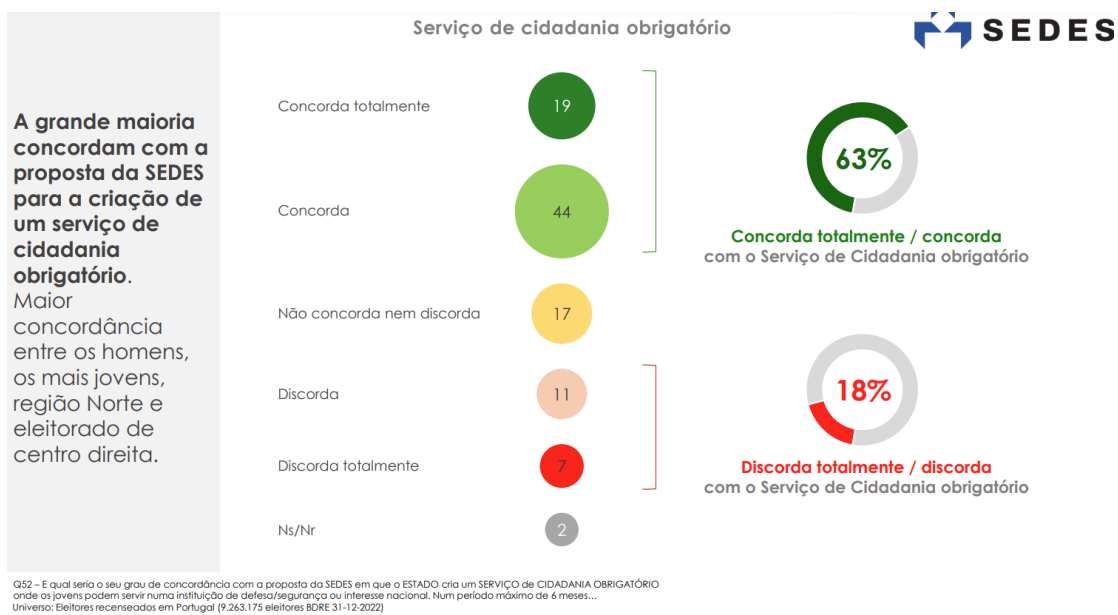
Serviço Militar obrigatório (%)	Global	Direita	Centro Direita	Centro Esquerda	Esquerda	Nenhum quadrante político
	Base: 820	Base: 220	Base: 193	Base: 158	Base: 158	Base: 72
Discorda totalmente	15	11	14	9	25	17
Discorda	22	20	19	28	25	22
Não concorda nem discorda	15	13	14	20	13	11
Concorda	29	28	30	28	28	31
Concorda totalmente	18	27	23	13	9	11
NS/NR	1	1	---	2	---	8

Universo: Eleitores recenseados em Portugal (9.263.175 eleitores BDRE 31-12-2022)  
Amostra: 820 indivíduos

Finalmente o quadro seguinte (Figura 3) revela que existe uma clara maioria nacional (63%) a favor da implementação de um Serviço de Cidadania Obrigatório, em relação aos que discordam do mesmo (18%). O que, do nosso ponto de vista, denota duas questões.

A possível perceção, para os que apoiam um Serviço de Cidadania Obrigatório, de que as guerras atuais não são como no passado, travados no campo de batalha pelos militares, mas, ao contrário, exigem o envolvimento de todos os setores da sociedade, como na área de informação pública e comunicação, socorro mútuo, proteção civil, regeneração da energia, reparação e proteção de setores e infraestruturas críticas, apoio logístico de emergência, produção industrial, circulação, gestão de desastres, segurança social até aos militares que são apenas uma parte. Por outro lado, e provavelmente relacionada com a consideração anterior, a perceção de que com o serviço militar voluntário se gerou um distanciamento profundo entre a sociedade e as questões da segurança e defesa. Hoje, sem dúvida que conhecimentos de primeiros socorros, proteção civil, proteção ambiental e outros aprendidos durante o SMO fazem falta e os cidadãos provavelmente têm consciência disso. Para além de outras funções de cidadania que terão que ser exercidas em situações de crise e de que pouco se falar como o

socorro mútuo, e os cidadãos parecem pressentir a necessidade de reganhar essas competências através de um serviço de cidadania. É de resto a perspetiva a que se chama de defesa de toda a sociedade ou “all of a society” na terminologia usada no caso da Finlândia.



O quadro seguinte (Figura 4) permite acompanhar as perspetivas em termos de idade, região e pertença política:

Serviço de cidadania obrigatório (%)	Global Base: 820	Masculino Base: 380	Feminino Base: 440	18-24 anos Base: 98	25-34 anos Base: 100	35-44 anos Base: 122	45-54 anos Base: 142	55-64 anos Base: 136	≥65 anos Base: 222
Discorda totalmente	7	8	6	8	2	15	13	4	2
Discorda	11	7	15	6	22	10	9	9	13
Não concorda nem discorda	17	13	21	16	28	19	11	19	15
Concorda	44	45	43	49	34	41	52	38	46
Concorda totalmente	19	26	13	21	14	13	11	29	23
NS/NR	2	1	2	---	---	2	4	1	1

Serviço de cidadania obrigatório (%)	Global Base: 820	A/B Base: 348	C1 Base: 253	C2/D Base: 219	Norte Base: 170	G.Porto Base: 112	Centro Base: 220	Lisboa Base: 188	Sul Base: 82	Ilhas Base: 48
Discorda totalmente	7	10	5	3	7	7	8	5	5	8
Discorda	11	11	11	11	11	12	12	12	10	8
Não concorda nem discorda	17	13	19	22	13	19	15	17	18	38
Concorda	44	44	43	45	48	45	47	42	34	38
Concorda totalmente	19	21	19	18	20	16	15	22	32	8
NS/NR	2	1	3	1	1	1	3	2	1	---

Serviço de cidadania obrigatório (%)	Global Base: 820	Direita Base: 220	Centro Direita Base: 193	Centro Esquerda Base: 158	Esquerda Base: 158	Nenhum quadrante político Base: 72
Discorda totalmente	7	4	6	8	11	5
Discorda	11	10	8	9	22	6
Não concorda nem discorda	17	19	14	19	16	15
Concorda	44	45	48	42	38	50
Concorda totalmente	19	21	24	21	13	17
NS/NR	2	1	---	1	---	7

Universo: Eleitores recenseados em Portugal (9.263.175 eleitores BDRE 31-12-2022)  
 Fonte: INE, 2023

## **2 - A situação das Forças Armadas Portuguesas**

### 2.1 - O Caso concreto das Forças Armadas de Portugal

Já desde há muito tempo que as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a perder efetivos e a ser alvo de muita falta de investimento, tanto nas suas infraestruturas como em equipamentos e isto infelizmente, é transversal aos três Ramos das Forças Armadas. As Leis de Programação Militares são frequentemente referidas na comunicação social por não serem completamente executadas e o investimento e as despesas militares estão muito abaixo dos 2% do PIB recomendado pela NATO.

De acordo com o Relatório do Secretário-Geral da NATO<sup>5</sup> referente a 2023, Portugal dedica a despesas de defesa 1,48% do PIB, tendo atrás de si apenas 7 dos então 30 países da NATO. De notar ainda que desde 2014, ano em que se verificou a ocupação da Crimeia pela Rússia, e em Portugal se dedicava 1.31% do PIB, até 2023 o crescimento foi pouco significativo (0,17%) como podemos observar no quadro abaixo (Figura 5):

---

<sup>5</sup>The Secretary General's Annual Report 2023), disponível em:  
[https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/2024/3/pdf/sgar23-en.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2024/3/pdf/sgar23-en.pdf)

**Table 3: Defence expenditure as a share of GDP and annual real change (based on 2015 prices)**

Country	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023e
	<b>Share of real GDP (%)</b>									
Albania	1.35	1.16	1.10	1.11	1.16	1.28	1.30	1.24	1.21	1.72
Belgium	0.97	0.91	0.89	0.88	0.89	0.89	1.01	1.04	1.18	1.21
Bulgaria	1.31	1.25	1.24	1.22	1.45	3.13	1.59	1.52	1.59	1.87
Canada	1.01	1.20	1.16	1.44	1.30	1.29	1.42	1.27	1.21	1.33
Croatia	1.82	1.75	1.59	1.64	1.55	1.60	1.70	1.97	1.79	1.75
Czechia*	0.94	1.02	0.95	1.03	1.10	1.18	1.30	1.39	1.34	1.53
Denmark	1.15	1.11	1.15	1.14	1.28	1.30	1.38	1.30	1.37	2.00
Estonia	1.93	2.03	2.07	2.01	2.01	2.04	2.30	2.03	2.16	2.89
Finland	1.45	1.45	1.42	1.38	1.39	1.45	1.53	1.40	1.67	2.46
France	1.82	1.78	1.79	1.78	1.81	1.81	2.00	1.91	1.88	1.90
Germany	1.19	1.19	1.20	1.23	1.25	1.35	1.51	1.45	1.51	1.66
Greece	2.22	2.31	2.40	2.38	2.54	2.45	2.91	3.70	3.86	3.05
Hungary	0.86	0.90	1.00	1.19	1.01	1.34	1.76	1.32	1.84	2.07
Italy	1.14	1.07	1.18	1.20	1.23	1.17	1.59	1.54	1.54	1.47
Latvia*	0.94	1.03	1.44	1.59	2.06	2.02	2.16	2.09	2.09	2.37
Lithuania*	0.88	1.14	1.48	1.71	1.97	1.99	2.07	1.96	2.45	2.75
Luxembourg	0.37	0.41	0.38	0.49	0.50	0.55	0.58	0.47	0.56	1.01
Montenegro	1.50	1.40	1.42	1.34	1.37	1.33	1.73	1.55	1.41	1.55
Netherlands	1.15	1.13	1.16	1.15	1.22	1.32	1.41	1.36	1.44	1.63
North Macedonia	1.09	1.05	0.97	0.89	0.94	1.16	1.24	1.47	1.62	1.70
Norway	1.54	1.58	1.73	1.71	1.72	1.84	1.97	1.72	1.50	1.80
Poland*	1.88	2.23	2.00	1.89	2.02	1.99	2.23	2.22	2.23	3.92
Portugal	1.31	1.33	1.27	1.24	1.34	1.37	1.43	1.52	1.40	1.48
Romania*	1.35	1.45	1.43	1.73	1.79	1.84	2.01	1.85	1.72	1.60
Slovak Republic	0.98	1.11	1.12	1.10	1.22	1.70	1.92	1.74	1.81	2.05
Slovenia	0.97	0.93	1.00	0.98	1.01	1.05	1.06	1.23	1.29	1.33
Spain	0.92	0.93	0.81	0.91	0.93	0.91	1.00	1.03	1.16	1.24
Türkiye	1.45	1.38	1.45	1.51	1.82	1.85	1.86	1.61	1.36	1.58
United Kingdom	2.14	2.03	2.09	2.08	2.10	2.08	2.35	2.29	2.29	2.28
United States	3.71	3.51	3.50	3.28	3.26	3.47	3.58	3.53	3.31	3.24
<b>NATO Europe and Canada</b>	<b>1.43</b>	<b>1.42</b>	<b>1.44</b>	<b>1.48</b>	<b>1.51</b>	<b>1.54</b>	<b>1.72</b>	<b>1.66</b>	<b>1.66</b>	<b>1.80</b>
<b>NATO Total</b>	<b>2.58</b>	<b>2.48</b>	<b>2.48</b>	<b>2.39</b>	<b>2.40</b>	<b>2.52</b>	<b>2.69</b>	<b>2.63</b>	<b>2.51</b>	<b>2.54</b>

As Forças Armadas de qualquer país democrático são essenciais à manutenção do Estado de Direito, sendo a última garantia de que o Estado sobrevive perante ameaças ou agressões externas atuando por si só ou no quadro dos Aliados. São igualmente suporte indispensável à preservação das instituições democráticas nacionais e à salvaguarda dos valores Democráticos, de Pluralidade e da Liberdade, e assim sendo, necessitam de um correto investimento de modernização e de uma atenção especial e constante por parte do Governo de cada Estado. Sendo um pilar essencial da Democracia e da Soberania é necessário e imperativo que recebam os fundos monetários e financeiros e os recursos humanos de que necessitam para desempenhar as suas funções constitucionais e as ações decorrentes das missões concretas que o Estado lhes atribui. É igualmente indispensável que a sua função seja reconhecida publicamente e que os cidadãos que servem o país nas suas forças armadas se sintam dignificados, e não prejudicados, por terem respondido ao apelo de nelas servirem.

Nos dias de hoje, falando em Portugal, a somar à contínua falta de efetivos e de investimento na substituição de equipamentos, alguns dos quais com mais de 50 anos e em obsolescência, verifica-se que as missões das forças armadas não foram alteradas o que cria uma situação de consternação interna e pública. A esta situação somam-se, agora, as ameaças

e desafios com que nos confrontamos enquanto Democracia Liberal do Ocidente, membro da União Europeia e da Aliança Transatlântica. Com a invasão ilegal do território do Estado da Ucrânia pela Federação Russa, a guerra está às portas da Europa e pode escalar a outras regiões. A que neste momento se somam outros conflitos e guerras, como o conflito entre o Estado de Israel e o Grupo Terrorista *Hamas* que pode desembocar num conflito regional no Médio Oriente, ou a situação de conflitos generalizados em diversos países no Sahel que apresentam um cenário de degradação ambiental, humana e de segurança que nos pode atingir.

É necessário, portanto, estar pronto para fazer face, individual e coletivamente aos novos desafios e ameaças. E nenhum país se pode ausentar desta obrigação. O seu contributo não é dispensável, nem pelos parceiros nem pela dignidade nacional

Com tais desafios, a altura de nos voltarmos a preocupar com a Defesa Nacional, não era para hoje nem para ontem, era mesmo para a semana passada. Não podemos continuar a ser umas Forças Armadas das mais elogiadas pelos nossos aliados no seio da UE e da NATO, mas simultaneamente sem capacidade para desenvolver o quadro das missões que lhes esta legalmente atribuídas.

## 2.2 - As Considerações dos Chefes dos Estados Maiores dos Ramos

No ano de 2024, perante todos os desafios já mencionados anteriormente, que têm vindo ao longo dos últimos anos a apelar à necessidade de ultrapassar as carências de segurança europeias, verifica-se que em Portugal, para além do investimento muito necessário, soma-se uma outra carência crítica, a da diminuição contínua de quadros nas fileiras dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas. Este facto que naturalmente condiciona a capacidade das Forças Armadas poderem cumprir as missões que lhes estão atribuídas, fez com que o debate sobre o ressurgimento do Serviço Militar Obrigatório, ou de outras alternativas, ganhasse relevância pública. (Figueiredo, F. ; 2024, fevereiro, 24).

A situação de carência de efetivos tem vindo a ser manifestada de forma veemente. De lembrar que já em 2019 o Almirante Silva Ribeiro, na altura Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, afirmava que a situação das forças armadas, em termos de efetivos, “é insustentável”. Mais recentemente foram conhecidas outras declarações públicas dos Chefes dos 3 Ramos das Forças Armadas, nomeadamente do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante Henrique Gouveia e Melo, do Chefe do Estado-

Maior do Exército, General Eduardo Mendes Ferrão e do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General João Cartaxo Alves que vão no mesmo sentido.

Um caso particular que foi relatado há muito pouco tempo e que recebeu atenção mediática por parte da Comunicação Social, envolveu a Força Aérea Portuguesa (FAP). A FAP, diz o seu Chefe de Estado-Maior, está a braços com o que é descrito como “a sua crise mais grave do último meio século”. Um memorando do General João Cartaxo Alves, dirigido à então Ministra da Defesa Nacional, Prof<sup>a</sup> Doutora Helena Carreiras, traçava um quadro sombrio do estado atual da Força, com uma diminuição contínua dos efetivos, um aumento da carga de trabalho e um risco acrescido de erro humano, conduzindo a uma deterioração da qualidade de trabalho e a uma desmotivação das fileiras militares. (Raínho, P e Santos, D.C. (2023, Outubro 13).

O dito memorando, que se estende por 11 páginas, inclui gráficos e análises estatísticas muito detalhadas que ilustram o forte contraste entre as posições autorizadas pelo Governo Português e o número real de militares. Desde 2013, o número de efetivos militares tem ficado constantemente aquém dos números autorizados, com o défice a aumentar todos os anos. A dificuldade tem sido potenciada ainda por um número significativo de militares, particularmente técnicos altamente qualificados, desde engenheiros eletrotécnicos e aeronáuticos e ainda das mais diversas especialidades, passando por pilotos de aviões de caça e de helicópteros, que optam por requerer o “abate ao quadro” ou deixar o serviço mais cedo, muitas vezes atraídos por melhores oportunidades no sector civil, tanto no país como no exterior. Os fatores que contribuíram para este declínio, tal como se descreve no memorando, incluem a falta de salários competitivos, redução dos benefícios das pensões, diminuição do prestígio social associado ao serviço militar e ainda os desafios pessoais e familiares decorrentes da vida militar. As dificuldades de recrutamento e retenção devido ao carácter pouco atrativo das carreiras militares também foi um aspeto, que à semelhança do Exército e da Marinha também foi abordado. (Raínho, P e Santos, D.C. (2023, Outubro 13).

Apesar desta situação, a Força Aérea emitiu uma declaração reafirmando o seu empenhamento no cumprimento da sua missão, registando alguns resultados positivos nos esforços de recrutamento e retenção, bem como um diálogo contínuo com o Ministério da Defesa para solucionar os problemas. O Ministério da Defesa, embora não comente especificamente o memorando, salientou medidas recentes para melhorar a situação, tais como



o aumento do suplemento de serviço militar e a criação de lugares permanentes para oficiais subalternos. (Raínho, P e Santos, D.C. (2023, Outubro 13).

As declarações, destes Oficiais Gerais, Chefes dos Estados-Maiores destes três ramos, Marinha, Exército e Força Aérea, concentraram-se em vários aspetos dos quais se podem destacar alguns de particular importância, como por exemplo a necessidade imperiosa de reforçar a Defesa Nacional e também a Europeia diante dos presentes desafios geopolíticos atuais. Daí fazendo a ponte diretamente com a abordagem das questões políticas e militares em Portugal em que devido à situação de grave carência de efetivos, lhes parecer ser necessário debater a reintrodução do SMO como tem acontecido em alguns países Europeus. Na Suécia, o SMO foi reintroduzido em 2017, somando-se a países como a Finlândia (que mantém desde 1878 e oficializado em 1917), a Grécia (desde 1909 universalmente, oficializado em 1914), a Noruega (desde 1817 e tendo-se tornado igual para homens e mulheres em 2015) e a Lituânia (que acabou em 2008 e passou a ser obrigatório outra vez em 2015).

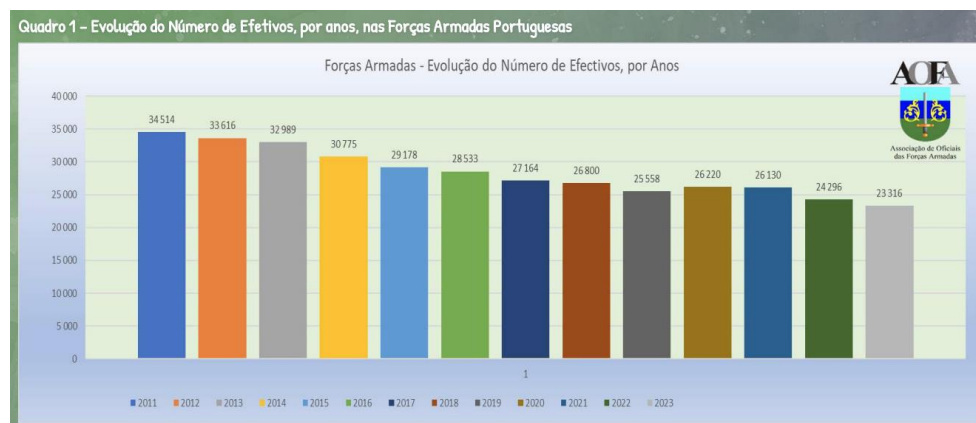
Uma outra dimensão abordada por todos, foi a da necessidade da dignificação e valorização dos militares e das carreiras militares e, naturalmente, da necessidade imperiosa de equiparação dos vencimentos com os de outras carreiras do Estado, nomeadamente com as dos outros Organismos de Segurança. O conjunto destas duas medidas em simultâneo, salários mais elevados juntamente com mais incentivos e progressão de carreiras, poderia ser acrescentado a um modelo semelhante ao SMO como fonte para atrair e manter pessoal qualificado. O SMO passaria assim como uma espécie de "escola de cidadania" para a população, visando criar uma proximidade e uma cultura de Defesa Nacional, sensibilizando os jovens para questões relacionadas à segurança e defesa do país.

Um outro fator que foi abordado, devido à sua importância, foi a possibilidade de Portugal ser afetado por ações em fases cinzentas do conflito entre a Rússia e a Europa, devido à sua localização geoestratégica, um dos exemplos mais recentes e falados, até pelo Almirante CEMA-AMN, Henrique Gouveia e Melo, segundo Gouveia e Melo, H. (2024, Março 28) é a passagem de navios da Federação Russa dentro de águas territoriais portuguesas, ou da Zona Económica Exclusiva Portuguesa, e o perigo que isso representa em termos de possíveis danos aos cabos submarinos que passam por Portugal. A necessidade de um aumento na despesa militar da Europa Ocidental, em percentagem do PIB, devido a fragilidades de defesa, que obviamente incluiria Portugal, é, portanto, destacada devido à importância de estar atento aos desafios que a NATO e a União Europeia podem enfrentar. Todas estas questões são

fundamentais para a segurança nacional portuguesa e para a prontidão das Forças Armadas, e requerem uma análise aprofundada e a consideração de políticas eficazes para fortalecer a defesa do país, com a colaboração de todos, militares, políticos, académicos e da sociedade civil em geral. O General CEME, segundo Matos, V. (2024, Março 28), considera que o treino militar é importante para criar uma cultura de defesa, mas reconhece que o antigo modelo de recrutamento obrigatório que vigorava antigamente durante a Guerra Colonial, com conscrição obrigatória poderia não ser a solução mais adequada aos tempos de hoje.

Importa agora refletir sobre a realidade dos números que descrevem a evolução na última década.

O quadro seguinte (Figura 6), reflete um sentido contínuo e dramático de diminuição de efetivos que parece ser demonstrativo da ineficácia do atual sistema, com base nas premissas de carreira e de retribuição que lhes estão subjacentes.



Trabalho produzido pela AOFA com base nos dados oficiais da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP)<sup>6</sup>

### 2.3 - Carreira nas Forças Armadas: Tabelas Remuneratórias e progressão de carreira

Um dos maiores desafios que se tem referido em Portugal, no que toca às Forças Armadas Portuguesas, para além da questão do financiamento para a aquisição de equipamento para os três ramos, terrestre marítimo e aéreo, é o da atratividade das carreiras militares, quer seja para Oficiais, para Sargentos e para Praças. A falta de investimento e da atualização dos

<sup>6</sup>Disponível em:  
[https://www.aofa.pt/rimp/RI\\_AOFA\\_18\\_06\\_2024.pdf?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMATAAR1eEiJF4jG8fVx8jS1OL1TfYwi7\\_gniDtyEjnXEft69ykJzorkk9XdeRc\\_aem\\_I7pdwN0VrvOsWhrYVdqQuA](https://www.aofa.pt/rimp/RI_AOFA_18_06_2024.pdf?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMATAAR1eEiJF4jG8fVx8jS1OL1TfYwi7_gniDtyEjnXEft69ykJzorkk9XdeRc_aem_I7pdwN0VrvOsWhrYVdqQuA)

vencimentos dos nossos homens e mulheres em farda, tem ficado muito aquém daquilo que seria expectável e desejável num País como Portugal. De facto, é constante a menção a três fatores: a deficiente execução da Lei de Programação Militar, a falta do cumprimento do compromisso português com a NATO de gastar 2% do PIB, Produto Interno Bruto do País, em Defesa e a desatualização das carreiras nas Forças Armadas.

As tabelas de vencimento das Forças Armadas estão muito distantes em comparação com as de outros organismos das forças e estruturas de segurança. A tabela abaixo (Figura 7), demonstra isso:

Grupo Profissional	RBMM	Supl/Subs	GMM
GNR - Oficiais	2 820,60 €	405,40 €	3 226,00 €
PSP - Oficiais	2 348,70 €	440,90 €	2 789,60 €
Polícia Judiciária	2 295,40 €	540,80 €	2 836,20 €
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	2 251,90 €	885,30 €	3 137,20 €
GNR - Sargentos	2 111,90 €	342,10 €	2 454,00 €
PSP - Chefes	1 939,10 €	562,20 €	2 501,30 €
Forças Armadas - Oficiais	1 922,50 €	869,60 €	2 792,10 €
Média AP	1 657,80 €	310,80 €	1 968,60 €
GNR - Guardas	1 644,80 €	284,80 €	1 929,60 €
PSP - Agentes	1 559,70 €	607,70 €	2 167,40 €
Forças Armadas - Sargentos	1 548,40 €	605,50 €	2 153,90 €
Guardas Prisionais	1 202,90 €	1 068,10 €	2 271,00 €
Polícia Municipal	1 096,00 €	610,70 €	1 706,70 €
Forças Armadas - Praças	979,40 €	466,10 €	1 445,50 €

O quadro anterior produzido pela Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA), a partir de dados Oficiais da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), permite analisar as discrepâncias entre os vários elementos das forças de segurança e da defesa.

Analisando os valores remuneratórios - BASE - para o Ano de 2024, segundo o Sistema Retributivo da Administração Pública para 2024, para os Oficiais, Sargentos e Praças tanto das Forças Armadas Portuguesas (Tabela 1 a 4, decrescente em Postos) como da GNR, Guarda Nacional Republicana (tabela 4 a 7, crescente em Postos), podemos evidenciar os valores (a tabela 4 é comum devido a retratar alunos cadetes dos Estabelecimentos de Ensino):

**MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS - QUADROS PERMANENTES (QP),  
EM REGIME DE CONTRATO (RC) E DE VOLUNTARIADO (RV)**

Almirante / General ****	p)	1				
	n)	89				
	<b>r)</b>	<b>5 382,11</b>				
Vice-almirante / Tenente-general	p)	1	2			
	n)	69	73			
	<b>r)</b>	<b>4 276,21</b>	<b>4 497,38</b>			
Contra-almirante / Major-general	p)	1	2			
	n)	60	64			
	<b>r)</b>	<b>3 778,53</b>	<b>3 999,72</b>			
Comodoro / Brigadeiro-general	p)	1	2			
	n)	58	59			
	<b>r)</b>	<b>3 667,94</b>	<b>3 723,24</b>			
Capitão-de-mar-e-guerra / Coronel	p)	1	2	3		
	n)	48	53	57		
	<b>r)</b>	<b>3 114,98</b>	<b>3 391,46</b>	<b>3 612,64</b>		
Capitão-de-fragata / Tenente-coronel	p)	1	2	3	4	
	n)	41	43	45	46	
	<b>r)</b>	<b>2 728,65</b>	<b>2 838,52</b>	<b>2 949,11</b>	<b>3 004,40</b>	
Capitão-tenente / Major	p)	1	2	3	4	
	n)	35	37	39	40	
	<b>r)</b>	<b>2 403,37</b>	<b>2 511,81</b>	<b>2 620,23</b>	<b>2 674,43</b>	

Sistema Retributivo da Administração Pública 2024 - Carreiras Especiais

18

Tabela 1 - Oficiais Superiores desde Major/Capitão-Tenente a Coronel/Capitão de Mar e Guerra; Oficiais Gerais desde Brigadeiro-General/Comodoro a General/Almirante;

Primeiro-tenente / Capitão	p)	1	2	3	4	5
	n)	29	30	31	32	33
	<b>r)</b>	<b>2 078,11</b>	<b>2 132,32</b>	<b>2 186,53</b>	<b>2 240,74</b>	<b>2 294,95</b>
Segundo-tenente / Tenente	p)	1	2	3		
	n)	21	23	24		
	<b>r)</b>	<b>1 649,15</b>	<b>1 754,41</b>	<b>1 807,04</b>		
Guarda-marinha / Subtenente / Alferes	p)	1	2			
	n)	18	19			
	<b>r)</b>	<b>1 491,25</b>	<b>1 543,88</b>			
Aspirante / Aspirante tirocinado	p)	1				
	n)	9				
	<b>r)</b>	<b>1 017,56</b>				
Sargento-mor	p)	1	2			
	n)	29	32			
	<b>r)</b>	<b>2 078,11</b>	<b>2 240,74</b>			
Sargento-chefe	p)	1	2	3		
	n)	26	27	28		
	<b>r)</b>	<b>1 915,46</b>	<b>1 969,68</b>	<b>2 023,89</b>		
Sargento-ajudante	p)	1	2	3	4	
	n)	22	23	24	25	
	<b>r)</b>	<b>1 701,78</b>	<b>1 754,41</b>	<b>1 807,04</b>	<b>1 861,25</b>	
Primeiro-sargento	p)	1	2	3	4	
	n)	18	19	20	21	
	<b>r)</b>	<b>1 491,25</b>	<b>1 543,88</b>	<b>1 596,52</b>	<b>1 649,15</b>	
Segundo-sargento	p)	1	2			
	n)	16	17			
	<b>r)</b>	<b>1 385,99</b>	<b>1 438,62</b>			
Subsargento / Furriel	p)	1	2	3		
	n)	9	10	11		
	<b>r)</b>	<b>1 017,56</b>	<b>1 070,19</b>	<b>1 122,84</b>		
Segundo-subsargento / Segundo-furriel	p)	1				
	n)	8				
	<b>r)</b>	<b>961,40</b>				

Tabela 2 - Classe de Sargentos desde Segundo-Subsargento/Segundo-Furriel até Sargento-Mor (designação em todas as FFAA); Oficiais Subalternos desde Aspirante/Aspirante Tirocinado a Primeiro-Tenente/Capitão;

	n)	20	21				
	r)	<b>1 596,52</b>	<b>1 649,15</b>				
Cabo /	p)	1	2	3	4	5	6
Cabo-de-seção	n)	14	15	16	17	18	19
	r)	<b>1 280,72</b>	<b>1 333,35</b>	<b>1 385,99</b>	<b>1 438,62</b>	<b>1 491,25</b>	<b>1 543,88</b>
Primeiro-marinheiro /	p)	1	2	3	4	5	6
Cabo-adjunto	n)	9	10	11	12	13	14
	r)	<b>1 017,56</b>	<b>1 070,19</b>	<b>1 122,84</b>	<b>1 175,46</b>	<b>1 228,09</b>	<b>1 280,72</b>
Segundo-marinheiro /	p)	1	2				
Primeiro-cabo	n)	7	8				
	r)	<b>922,47</b>	<b>961,40</b>				
Primeiro-grumete /	p)	1					
Segundo-cabo	n)	6					
	r)	<b>869,84</b>					
Segundo-grumete /	p)	1	2				
Soldado	n)	5	6				
	r)	<b>821,83</b>	<b>869,84</b>				

Tabela 3 - Classe de Praças de Segundo-Grumete/Soldado a Cabo/Cabo-de-Secção;

CARREIRA / CATEGORIA

POSIÇÃO REMUNERATÓRIA / NÍVEL REMUNERATÓRIO / REMUNERAÇÃO

**ASPIRANTES A OFICIAL / ASPIRANTES A OFICIAL TIROCINANTES /  
CADETES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO MILITAR  
ALUNOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DESTINADOS AOS QP / MILITARES EM INSTRUÇÃO BÁSICA**

Aspirante /	p)	-
Aspirante a oficial tirocinante	n)	9
	r)	<b>1 017,56</b>
Cadetes alunos:		
1.º ano. . . 20 % do nível 9		<b>203,51</b>
2.º ano. . . 25 % do nível 9		<b>254,39</b>
3.º ano. . . 30 % do nível 9		<b>305,27</b>
4.º ano. . . 40 % do nível 9		<b>407,02</b>
Sargentos instruendos:		
1.º ano. . . 18 % do nível 9		<b>183,16</b>
2.º ano. . . 23 % do nível 9		<b>234,04</b>
3.º ano. . . 28 % do nível 9		<b>284,92</b>
4.º ano. . . 38 % do nível 9		<b>386,67</b>
Praças:		
Segundo-grumete aluno . . . . . 15 % do nível 9		<b>152,63</b>
Segundo-marinheiro aluno. . . . . 20 % do nível 9		<b>203,51</b>
Militares em instrução básica	p)	-
	n)	5
	r)	<b>821,83</b>

Tabela 4 - Aspirantes a Oficial/Aspirantes a Oficial Tirocinantes/Cadetes dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar/Alunos dos Cursos de Formação destinados aos Quadros Permanentes (QP)/Militares em Instrução Básica;

Cabo-chefe	p)	1	2	3									
	n)	18	19	20									
	r)	<b>1 491,25</b>	<b>1 543,88</b>	<b>1 596,52</b>									
Cabo	p)	1	2	3	4	5							
	n)	14	16	17	18	19							
	r)	<b>1 280,72</b>	<b>1 385,99</b>	<b>1 438,62</b>	<b>1 491,25</b>	<b>1 543,88</b>							
Guarda principal	p)	1	2	3	4	5	6						
	n)	11	12	13	14	15	16						
	r)	<b>1 122,84</b>	<b>1 175,46</b>	<b>1 228,09</b>	<b>1 280,72</b>	<b>1 333,35</b>	<b>1 385,99</b>						
Guarda	p)	1	2	3	4	5	6	7	8				
	n)	8	9	10	11	12	13	14	15				
	r)	<b>961,40</b>	<b>1 017,56</b>	<b>1 070,19</b>	<b>1 122,84</b>	<b>1 175,46</b>	<b>1 228,09</b>	<b>1 280,72</b>	<b>1 333,35</b>				
<b>Curso de formação de Guardas</b>													
Guarda provisório	p)	-											
	n)	3											
	r)	<b>a)</b>											

Tabela 5 - GNR, Classe de Guardas, de Curso de formação de Guardas/Guarda a Cabo-Chefe;

<b>Sargentos</b>						
Sargento-mor	p)	1	2			
	n)	29	32			
	<b>r)</b>	<b>2 078,11</b>	<b>2 240,74</b>			
Sargento-chefe	p)	1	2	3	4	
	n)	26	27	28	29	
	<b>r)</b>	<b>1 915,46</b>	<b>1 969,68</b>	<b>2 023,89</b>	<b>2 078,11</b>	
Sargento-ajudante	p)	1	2	3	4	5
	n)	22	23	24	25	26
	<b>r)</b>	<b>1 701,78</b>	<b>1 754,41</b>	<b>1 807,04</b>	<b>1 861,25</b>	<b>1 915,46</b>
Primeiro-sargento	p)	1	2	3	4	
	n)	18	19	20	21	
	<b>r)</b>	<b>1 491,25</b>	<b>1 543,88</b>	<b>1 596,52</b>	<b>1 649,15</b>	
Segundo-sargento	p)	1	2			
	n)	16	17			
	<b>r)</b>	<b>1 385,99</b>	<b>1 438,62</b>			
Furriel	p)	1	2			
	n)	14	15			
	<b>r)</b>	<b>1 280,72</b>	<b>1 333,35</b>			
<b>Guardas</b>						
Cabo-mor	p)	1	2			
	n)	20	21			
	<b>r)</b>	<b>1 596,52</b>	<b>1 649,15</b>			
Cabo-chefe	p)	1	2	3		
	n)	18	19	20		
	<b>r)</b>	<b>1 491,25</b>	<b>1 543,88</b>	<b>1 596,52</b>		
Cabo	p)	1	2	3	4	5
	n)	14	16	17	18	19
	<b>r)</b>	<b>1 280,72</b>	<b>1 385,99</b>	<b>1 438,62</b>	<b>1 491,25</b>	<b>1 543,88</b>
Guarda principal	p)	1	2	3	4	5
	n)	11	12	13	14	15
	<b>r)</b>	<b>1 122,84</b>	<b>1 175,46</b>	<b>1 228,09</b>	<b>1 280,72</b>	<b>1 333,35</b>

Tabela 6 - GNR, Classe de Guardas, de Guarda Principal até Cabo-Mor (repetição de 3 postos da tabela 5); Sargentos, de Furriel a Sargento-Mor;

<b>GUARDA NACIONAL REPUBLICANA</b>						
<b>Oficiais</b>						
Tenente-general	p)	1	2			
	n)	69	73			
	<b>r)</b>	<b>4 276,21</b>	<b>4 497,38</b>			
Major-general	p)	1	2			
	n)	60	64			
	<b>r)</b>	<b>3 778,53</b>	<b>3 999,72</b>			
Brigadeiro-general	p)	1	2			
	n)	58	59			
	<b>r)</b>	<b>3 667,94</b>	<b>3 723,24</b>			
Coronel	p)	1	2	3		
	n)	48	53	57		
	<b>r)</b>	<b>3 114,98</b>	<b>3 391,46</b>	<b>3 612,64</b>		
Tenente-coronel	p)	1	2	3	4	5
	n)	41	43	45	46	47
	<b>r)</b>	<b>2 728,65</b>	<b>2 838,52</b>	<b>2 949,11</b>	<b>3 004,40</b>	<b>3 059,69</b>
Major	p)	1	2	3	4	
	n)	35	37	39	40	
	<b>r)</b>	<b>2 403,37</b>	<b>2 511,81</b>	<b>2 620,23</b>	<b>2 674,43</b>	
Capitão	p)	1	2	3	4	5
	n)	29	30	31	32	33
	<b>r)</b>	<b>2 078,11</b>	<b>2 132,32</b>	<b>2 186,53</b>	<b>2 240,74</b>	<b>2 294,95</b>
Tenente	p)	1	2	3		
	n)	21	23	24		
	<b>r)</b>	<b>1 649,15</b>	<b>1 754,41</b>	<b>1 807,04</b>		
Alferes	p)	1	2	3		
	n)	18	19	20		
	<b>r)</b>	<b>1 491,25</b>	<b>1 543,88</b>	<b>1 596,52</b>		

Tabela 7 - GNR, Oficiais Subalternos, Oficiais Superiores e Oficiais Gerais, de Alferes a Tenente-General.<sup>7</sup>

<sup>7</sup>Disponível em: [https://www.dgaep.gov.pt/upload/catalogo/SRAP\\_2024\\_V1.pdf](https://www.dgaep.gov.pt/upload/catalogo/SRAP_2024_V1.pdf) - (Todas as tabelas, de 1 a 7, foram recortadas da fonte citada - *Sistema Retributivo da Administração Pública para 2024*)

**Nota:** Todos os valores remuneratórios para os Quadros da GNR, não incluem na totalidade os suplementos e subsídios acrescidos devido a componentes específicas de serviço, missão ou risco. Podendo, assim, os valores serem ainda mais acrescidos.



### **3 – A Evolução do Modelo do Serviço Militar na Europa**

#### 3.1 - Correlação do Passado e as influências no Presente

Se bem que marcada por alguns conflitos, – nomeadamente a guerra civil jugoslava e a subsequente guerra do Kosovo durante os anos 90 – a última metade do século XX e o início do século XXI foram quase inteiramente pacíficos para a Europa. As expectativas eram elevadas. Fukuyama falava, em termos políticos, do “fim da história” e na área estratégica, a preocupação resumia-se a gerir “crises”. Os vários estados europeus durante este período deixaram de ter grandes conflitos próximos às suas fronteiras, participando apenas no controlo de situações de violência preponderantemente de natureza interna que deflagraram em diferentes regiões na periferia da Europa. Estas eram operações sensíveis, geralmente de violência moderada, mas que exigiam uma preparação cuidadosa dos militares para a sua execução.

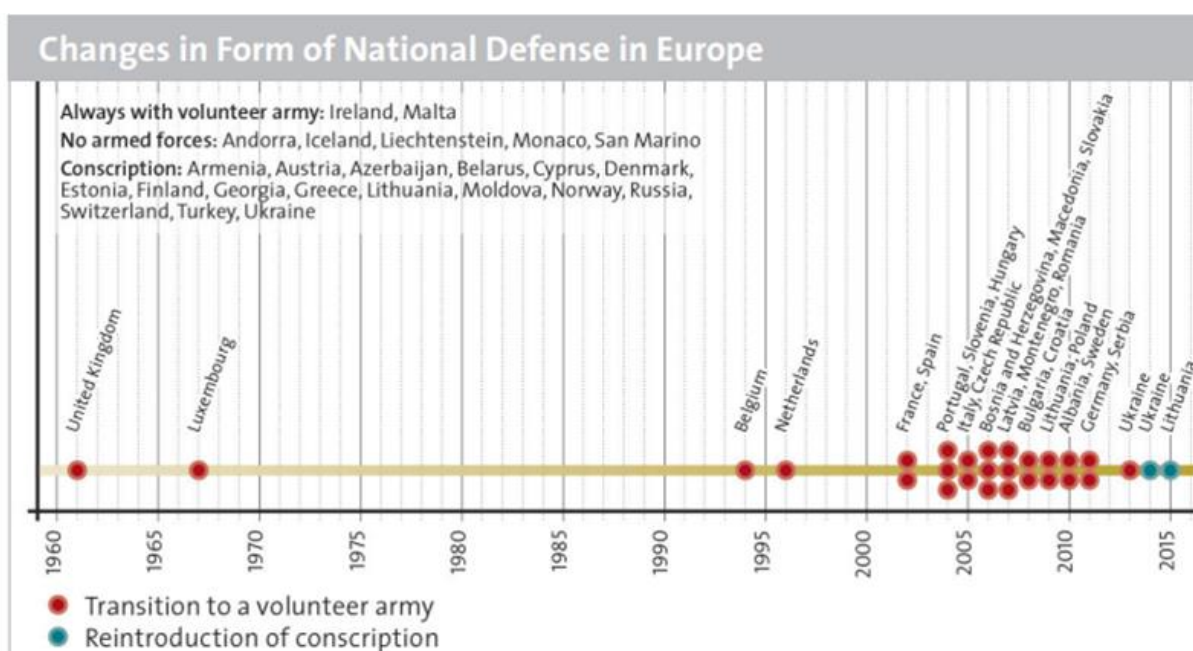
Com o «descongelar» das relações com a União Soviética e futuramente com a Federação Russa, muitos países europeus começam a reduzir os seus gastos no setor da defesa, e a dimensão das suas forças armadas. A assinatura, em novembro de 1990, do Tratado das Forças Convencionais na Europa permitiu fazê-lo mantendo um equilíbrio de estabilidade com a União Soviética e depois com a Rússia, a um nível mais baixo. O contexto era convidativo para aproveitar os dividendos da paz e permitir que as forças armadas, mais reduzidas, pudessem ser constituídas com base no voluntariado. Alguns países optaram por manterem uma forma de sistema misto de conscritos e de voluntários, pelos mesmos durante algum tempo, como Portugal, mas a tendência geral era a da voluntariedade. Como exceção a esta tendência podem referir-se os países tendencialmente neutrais, como a Suíça, a Áustria, ou a Finlândia em que a conscrição e o sentido de “exército da nação” que depende apenas dela própria se mantiveram.

Porém os números são significativos, como se evidencia no quadro seguinte, tendo 24 países europeus passado de um sistema de militar obrigatório para um regime de voluntariado no pós-guerra-fria. Muitos destes países saíram da Segunda Guerra Mundial com vastos exércitos, o que para além de trazer uma amarga memória coletiva à população, rapidamente foram reequacionados perante a redução de ameaças imediatas e na perspetiva, naturalmente falível, de que o caminho futuro seria da paz. Só assim, de resto, se compreende a aceitação da

perda da substancial capacidade de mobilização dos que passaram pelas fileiras, e cujo regresso ao serviço se torna necessário, em situações de guerra.

Pode talvez afirmar-se que estes estados deixam de sentir a necessidade de manter vastos números dos seus cidadãos em curtos períodos de serviço militar sem uma ameaça que justificasse o esforço financeiro, especialmente perante certas questões mais imediatas e de maior prioridade. Portanto, entre as décadas de 1960 e 2010 uma parte substancial das forças armadas europeias transita de um regime de obrigatoriedade do serviço militar para um regime de voluntariado, o que se ligaria com a sua futura profissionalização e especialização. (Bieri, Matthias, 2015).

Figura 8. – Evolução do serviço militar na Europa



Atualmente a grande maioria dos países europeus mantêm o regime de voluntariado, sendo que dos 28 Estados-Membros da União Europeia apenas 8<sup>8</sup> têm Serviço Militar Obrigatório (SMO).

Porém o uso dos “dividendos da paz”, continuou para além do razoável e em 2014 as forças armadas europeias atingiram uma depauperação evidente. A invasão da Crimeia nesse ano constituiu o alerta público evidente, de que alguma coisa essencial estava a mudar na Europa. Na Cimeira de Gales os países da NATO definem a necessidade de se elevarem os

<sup>8</sup> Os Estados-Membro da União Europeia que mantêm o serviço militar obrigatório são os seguintes: Áustria; Chipre; Dinamarca; Estónia; Finlândia; Grécia; Lituânia; Suécia.

patamares de despesa com a defesa para os 2% do PIB dos países, meta acompanhada pela definição do mesmo critério pela União Europeia. Atualmente, porém, e como referido anteriormente, muitos estados deparam-se com forças armadas em que a alimentação de voluntários não é suficiente para gerar as unidades necessárias, o que em conjunto com orçamentos reduzidos, se reflete numa diminuição considerável da capacidade de defesa do território nacional e do cumprimento das obrigações perante os diferentes acordos internacionais com outros países. Contudo, também se pode argumentar se o regresso ao serviço militar obrigatório tradicional é a única ou a melhor alternativa e se será um sistema capaz de se inserir nas realidades da guerra moderna.

Um dos principais problemas enfrentados pelas forças armadas decorre do seu afastamento da sociedade civil: uma população que outrora via o serviço militar como um aspeto normal da vida, olha agora com o mesmo com algum ceticismo e até, em alguns casos, repulsa. Tal leva a grandes constrangimentos a nível político, sendo que num sistema democrático como os que vigoram na Europa, os políticos têm dificuldade em se movimentar em direção a reformas da defesa perante um público cético a aumentos orçamentais e ao regresso do serviço militar obrigatório. Sendo uma questão politicamente controversa, a sua aceitação pelo público e execução pelos governos está dependente dos condicionamentos e especificidades políticas de cada país.

Nomeadamente é de notar que o tópico do serviço militar obrigatório tem mesmo vindo a ser utilizado como bandeira política por partidos que se podem classificar como populistas de direita, como é o caso do *Rassemblement* de Marine Le Pen ou o *Vox* de Abascal, levando a partidos de esquerda e centristas a olharem para esta medida com algum ceticismo se não desconfiança. Simultaneamente, a politização desta questão pode ser levada para além das relações tradicionais de esquerda e direita, questionando-se mesmo se não será oposta aos valores democráticos e da liberdade tão orgulhosamente defendidos pela União Europeia. A conscrição de indivíduos para as forças armadas, é usada por alguns movimentos políticos como associável a medidas ditatoriais características de regimes autoritários que se verificam de Minsk a Pyongyang, sendo uma ferramenta de doutrinação que viola a liberdade de escolha dos cidadãos. (Rongé, Abrate, 2019)

Ainda assim, a perspetiva que se tem perante as forças armadas é naturalmente condicionada perante a possibilidade de uma nova guerra no continente europeu. Tal verificou-se um pouco por toda a Europa com o ressurgimento do debate do serviço militar obrigatório

aquando da invasão Russa da Ucrânia e subsequente anexação da Crimeia em 2014. Vários países, nomeadamente aqueles que fazem fronteira com a Federação Russa, começam a temer novamente o velho inimigo de leste, resultando daí o regresso do serviço militar obrigatório, logo em 2015 tanto na Lituânia como na recém-invadida Ucrânia. No entanto, este debate foi lentamente reduzido com o congelamento do conflito russo-ucraniano na região do Donbass, para ser novamente reacendido aquando de uma nova invasão russa em grande escala à Ucrânia, em fevereiro de 2022. Novamente os países em proximidade com a Rússia e outros como Portugal retomaram a discussões sobre o serviço militar obrigatório, o qual é adotado pela Dinamarca. Por sua vez, países como a Suécia e a Finlândia, os quais já tinham adotado o serviço militar obrigatório, abandonam a sua neutralidade juntando-se à NATO. Contudo, é importante denotar que a ameaça russa não é a única que motiva países europeus a manter o serviço militar obrigatório, sendo que a Grécia e o Chipre o fazem, temendo uma ação militar por parte da Turquia, que por sua vez tem o mesmo sistema em funcionamento. (Rongé, Abrate, 2019)

Atualmente, perante a ameaça de uma nova guerra na Europa, envolvendo praticamente todos os seus Estados, coloca-se em questão de qual seja o sistema mais indicado para lidar com os problemas enfrentados pelas Forças Armadas. Vários países europeus encontram-se numa situação economicamente desfavorável ao implemento de reformas militares, tanto a nível da sua organização como também da sua modernização.

O Serviço Militar voluntário traz várias vantagens à Defesa Nacional, possibilitando a criação de umas forças armadas mais especializadas e profissionais, com membros cujas capacidades são mais desenvolvidas e adaptadas às condições tecnológicas das guerras modernas. Contudo, e no reverso da moeda, para este tipo de forças serem mantidas com os efetivos necessários e continuarem atrativas como profissão de longo ou médio prazo requerem salários devidamente competitivos em relação ao setor privado, mas não só. Sendo uma carreira curta que será extinta passados alguns anos, torna-se necessário que o militar voluntário sinta que adquiriu condições para que continue a sua carreira civil com vantagens acrescidas. O tempo passado nas Forças Armadas não pode constituir um “peso morto”, penalizador do futuro.

É necessário, portanto, ter em consideração as repercussões que o Serviço Militar Obrigatório tem na vida dos indivíduos que enquadra, retirando elementos em idade ativa do mercado de trabalho. Para os jovens isto tanto pode ser positivo como negativo: para aqueles com ensino básico ou secundário o serviço militar pode trazer algumas vantagens,

especialmente a nível da formação; mas para quem tem o ensino superior, deve ser ponderado o facto de os meses retirados (ou até anos) podem ser cruciais num mercado competitivo, podendo levar a quebras prejudiciais à carreira dos indivíduos, sendo que é importante salientar que em 2022, 42% da população entre os 25 e os 34 anos de idade têm o ensino superior. (Yanatma, S ,2024).

O Serviço Militar Obrigatório permite garantir que os números de efetivos se encontram preenchidos, mas será isso o suficiente para tornar as forças armadas devidamente capazes e aumentar a sua prontidão e eficácia num cenário de guerra moderna? Muitos vêm a conscrição como um sistema que está desatualizado, fruto de um período em que a guerra não era caracterizada pelas mesmas realidades que hoje se encontram no campo de batalha. Para além dos estados terem de adquirir o equipamento e modernizar os seus *stocks* regularmente, têm de garantir que estes são suficientes para equipar os seus soldados, o que em conjunto com os salários e outras despesas várias são um encargo significativo para o orçamento de estado. Simultaneamente estes homens e mulheres têm de ser treinados nestes novos sistemas, muitas vezes de tecnologia de ponta, em que não é suficiente o limitado espaço de tempo incluído no Serviço Militar Obrigatório (na europa esta janela temporal varia entre os 8 e 24 meses). Sendo a realidade da guerra atual fortemente baseada em forças especializadas e devidamente treinadas nos diversos sistemas, torna-se difícil garantir que conscritos, pessoas que muitas vezes não têm as capacidades necessárias para a vida militar, tenham uma performance semelhante a um voluntário especializado. Tal é possível observar atualmente na guerra da Ucrânia, onde se verifica uma discrepância entre mobilizados e voluntários, sendo muitas vezes também refletido na moral das tropas.

#### **4- Estudos de Caso: O Serviço Militar Obrigatório na Suíça e na Suécia**

Este capítulo versará acerca da análise de dois Estudos de Caso: o Serviço Militar Obrigatório na Suíça e na Suécia, descrevendo e caracterizando os mesmos, procurando compreender as vantagens e as desvantagens de cada sistema e em simultâneo, perceber quais os desafios que são inerentes aos mesmos.

##### 4.1 – O caso da Suíça

Primeiramente, importa começar por referir que a Suíça, país com cerca de 8,8 milhões de habitantes, e que é um país “interior”. Isto é, não possui uma costa marítima, sendo os acessos ao seu território dependentes de outros, o que representa um condicionamento geopolítico e histórico. A esperança média de vida está entre as mais elevadas do mundo, sendo que este Estado tem um dos melhores padrões de vida, muito devido à sua pujança económica, ao seu sistema de saúde e infraestruturas (Davies,2024).

Neste contexto, o sistema político suíço é bastante particular. A sua Constituição prevê um modelo próprio de democracia, governada por um Conselho Federal de sete membros, sendo que o cargo de presidente é rotativo, anualmente, entre os membros do Conselho. A Suíça está dividida em 26 cantões, que são essencialmente divisões administrativas com um elevado grau de autonomia (Davies, 2024).

Relativamente à política externa suíça, este Estado adota uma posição de neutralidade e não interferência, mantendo boas relações diplomáticas com a grande maioria dos Estados. De notar que a Suíça não participou nas duas Guerras Mundiais do passado século, não aderiu à União Europeia e a sua adesão à ONU, em 2002, foi relativamente tardia (Davies, 2024). Importa aludir ao facto de a política de não alinhamento suíça constituir um argumento a favor do Serviço Militar Obrigatório, no sentido em que, em caso de conflito, nenhuma aliança é obrigada a apoiar a Suíça, dada a sua posição de neutralidade, sendo, desta forma, importante que este Estado possua a sua própria capacidade de defesa (Bieri, 2015, p.2). Assim, localizada na Europa Central e sendo que a Suíça assume uma posição de neutralidade, não procurando uma adesão à UE nem à NATO, este Estado constitui um caso em que a sua análise é bastante pertinente, no âmbito do presente estudo.

Historicamente, o Serviço Militar Obrigatório (SMO), está previsto na Constituição desde a criação do Estado Federal, em 1848. De facto, até 1848, altura em que se dá a criação

do Estado Federal Suíço, cada cantão era efetivamente independente, mas encontrava-se vinculado aos restantes cantões, no que poderia ser considerada uma aliança defensiva. Desta forma, o serviço militar entre os cantões representa uma parte crucial da identidade e cultura da Suíça, tendo mantido os cantões unidos e desempenhando um papel fundamental na política externa e de segurança deste Estado (Hegglin, 2022).



Figura 9 - Mapa da Suíça

Fonte: Adobe Stock

Em relação ao Serviço Militar Obrigatório na Suíça, ele é obrigatório para os homens. Os indivíduos que não sejam considerados aptos para realizarem o SMO, por razões de saúde ou do foro psicológico, estão isentos estando, contudo, obrigados a pagar um imposto estatal. Na Suíça, o Serviço Militar Obrigatório, está ligado ao sistema de milícias, na medida em que a Constituição Suíça prevê a proibição de forças permanentes e a milícia suíça constitui uma reserva ativa (Jonsson et al., 2024, p.22).

Neste sentido, o processo de recrutamento tem início quando a maioridade é alcançada. Importa ainda reter a ideia de que as mulheres, embora não sejam obrigadas a participar, podem voluntariar-se para qualquer posição. Normalmente, o processo de recrutamento decorre num

período de dois ou três dias e tem lugar num dos seis centros de recrutamento, localizados na Suíça. Durante o processo de recrutamento, os conscritos recebem uma caderneta de serviço, que tem como objetivo, certificar o cumprimento das respetivas obrigações militares. Importa ainda salientar a existência da possibilidade de adiamento do Serviço Militar Obrigatório até quatro anos, através da apresentação de uma justificação, como por exemplo, a conclusão de estudos no estrangeiro. Relativamente à duração do mesmo, cada indivíduo fica obrigado ao serviço de 245 dias, sendo que os recrutas recebem formação obrigatória durante um período de 18 semanas.

Relativamente à perceção da opinião pública, em 2013, foi realizado um referendo no qual cerca de 73% da população votou a favor do Serviço Militar Obrigatório, o que denota um forte apoio à continuação da sua existência (Bieri, 2015, p.2). Importa ainda aludir também ao facto de que, com base num inquérito cuja autoria pertence ao Centro de Estudos de Segurança da Suíça, com a colaboração do Instituto Federal de Tecnologia de Zurique, 67% da população suíça apoiam o Serviço Militar Obrigatório tanto para homens como para mulheres, retirando o género desta equação e refletindo as mudanças sociais que visam a promoção da igualdade de género (Hunk & Hoi, 2022).

Neste contexto, importa fazer referência ao contributo de Oliver Hegglin, que enuncia que o Estado Suíço deveria introduzir um “Serviço Cidadão” a nível nacional, no qual todos os cidadãos cumpririam uma forma de serviço oficialmente reconhecida, quer seja no Exército e nas Forças Armadas, na função pública, na Proteção Civil, ou em novas áreas como nas áreas do ambiente e da assistência social. Segundo o autor, os jovens poderiam desenvolver capacidades cruciais para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, impulsionando-os para o sucesso através de um compromisso válido, numa sociedade ativa e em mudança (Hegglin, 2022).

Na Figura 10, é possível verificar que a despesa militar da Suíça se manteve relativamente constante, desde 2012 a 2020, variando entre 0,63% e 0,86% do PIB.



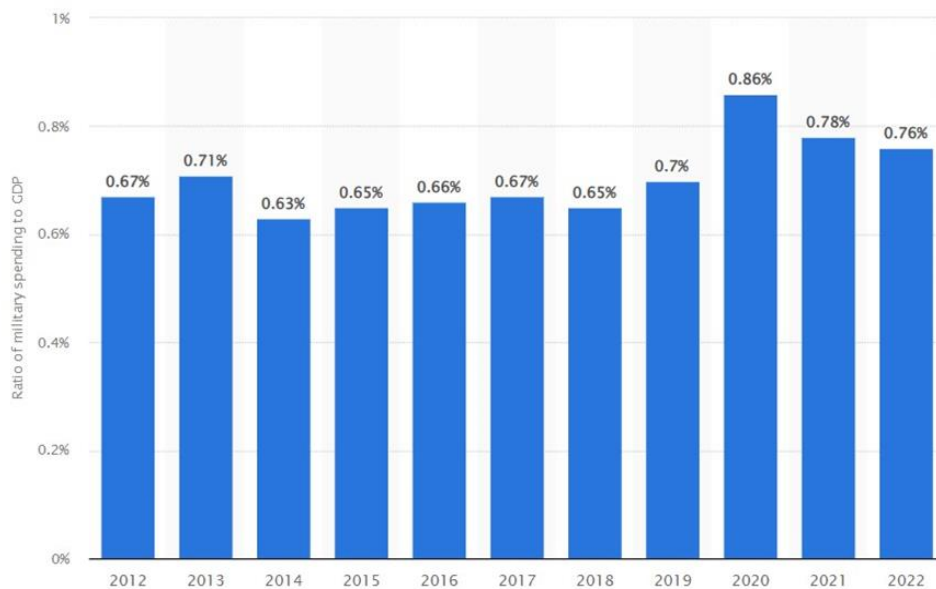


Figura 10 - Rácio das despesas militares suíças, em relação ao produto interno bruto (PIB) de 2012 a 2022

Fonte: Statista

Assim, o recrutamento militar na Suíça é um aspeto profundamente enraizado da cultura e da estratégia de defesa deste Estado. Apesar dos debates e referendos, a população suíça tem demonstrado um forte apoio à continuação desta prática. Este sistema moldou a política de defesa da Suíça e continua a desempenhar um papel crucial na política externa e de segurança e defesa deste Estado.

#### 4.2 – O caso da Suécia

As Forças Armadas Suecas (Försvarsmakten) têm a responsabilidade de defender o território do Estado; apoiar operações militares de manutenção de paz; salvaguardar os interesses nacionais e prestar auxílio humanitário. O aparelho militar deste Estado é comandado pelo Comandante Supremo e é constituído por três ramos, ou seja pela Força Aérea, pela Marinha e pelo Exército, onde se encontra integrado o corpo da Guarda Nacional Sueca. De notar que em 2023, as Forças Armadas suecas foram consideradas a autoridade mais fiável do Estado, contando com a confiança de cerca de dois terços da população (Dyvik, 2024).

Durante os últimos séculos, a Suécia adotou uma posição neutral, evitando o envolvimento em qualquer guerra relevante desde 1814. Todavia, em 1995 a Suécia aderiu à

União Europeia, sendo a partir dessa data parte ativa da Política Externa de Segurança e Defesa da União tendo participado em diversas missões conjuntas. Em fevereiro de 2022, quando se deu o início da invasão da Rússia à Ucrânia, a Suécia decidiu apresentar a sua candidatura à NATO, em conjunto com a Finlândia. Ultrapassando os obstáculos levantados pela República da Turquia, a Suécia aderiu formalmente à NATO, no dia 7 de março de 2024 (Dyvik, 2024).

## Do you think Sweden should join the military alliance NATO?

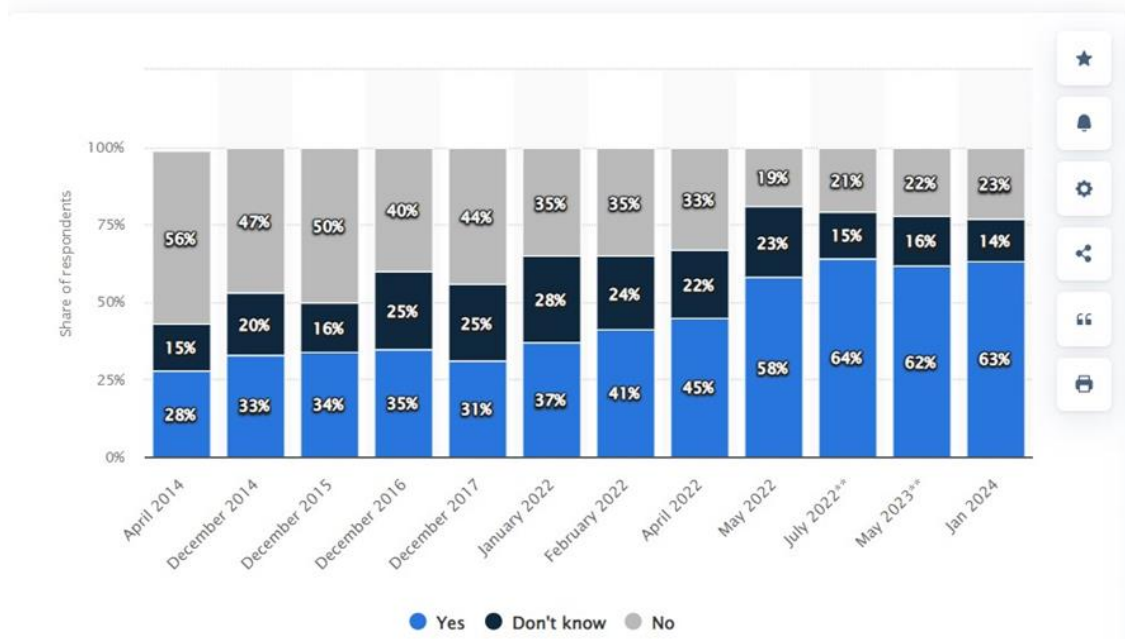


Figura 11 – Sondagem efetuada à população sueca, relativamente à adesão à NATO, desde 2014-2024.

Fonte: Statista

Na Figura 11, é possível verificar o aumento claro da vontade da opinião pública sueca em aderir à NATO, passando de 37% em janeiro de 2022 para 58%, em maio de 2022, no seguimento da invasão russa da Ucrânia, em fevereiro de 2022.

Na Suécia, o Serviço Militar Obrigatório (SMO) foi introduzido em 1901, apenas para os homens. Em 2010, o SMO foi suspenso. Não obstante, em 2017, o Governo sueco reativou o SMO, invocando razões de ameaças à segurança nacional, na sequência da invasão da Crimeia, por parte da Rússia, em 2014. Neste sentido, tendo início no ano de 2018, cerca de 4000 pessoas foram recrutadas, onde 85% eram homens. Todavia, a percentagem de mulheres recrutadas foi aumentando, atingindo os 24% em 2023.

Neste contexto, importa aludir ao facto do recrutamento sueco ser seletivo e neutro em termos de género. Anualmente, cerca de 100 mil jovens de 18 anos são seleccionados para o serviço militar, mas apenas aproximadamente 5% destes jovens cumprem o serviço militar. O recrutamento seletivo, conduzido por um pequeno contingente profissional, possui um aspeto importante: na medida em que o Exército apenas necessita de um reduzido número de cada grupo, os padrões necessários possuem um grau de exigência elevado. Assim, esta exclusividade funciona como um dispositivo de sinalização no sentido em que este serviço desenvolve e atribui competências aos jovens que os valorizam, colocando-os num lugar de destaque no mercado de trabalho (Barndollar, 2024). Este aspeto parece ser mesmo essencial, constituindo uma forma de discriminação positiva que é de importância relevante para o militar quando termina a sua passagem nas Forças Armadas.

O Serviço Militar Obrigatório sueco possui essencialmente duas grandes vantagens: o aumento das reservas e a aquisição de talentos. Primeiramente, a Suécia pode seleccionar todos os jovens do Estado, procurando escolher os mais promissores para o serviço militar e depois tentando induzir os melhores a permanecer na carreira militar. Por outro lado, cada grupo de recrutas, torna-se uma brigada de soldados na reserva militar sueca. Importa reter a ideia de que embora os reservistas necessitem de ser chamados com alguma regularidade de forma a manter o grau de competência e prontidão, mesmo uma reserva mal gerida pode ser útil, numa situação de hostilidade (Barndollar, 2024).

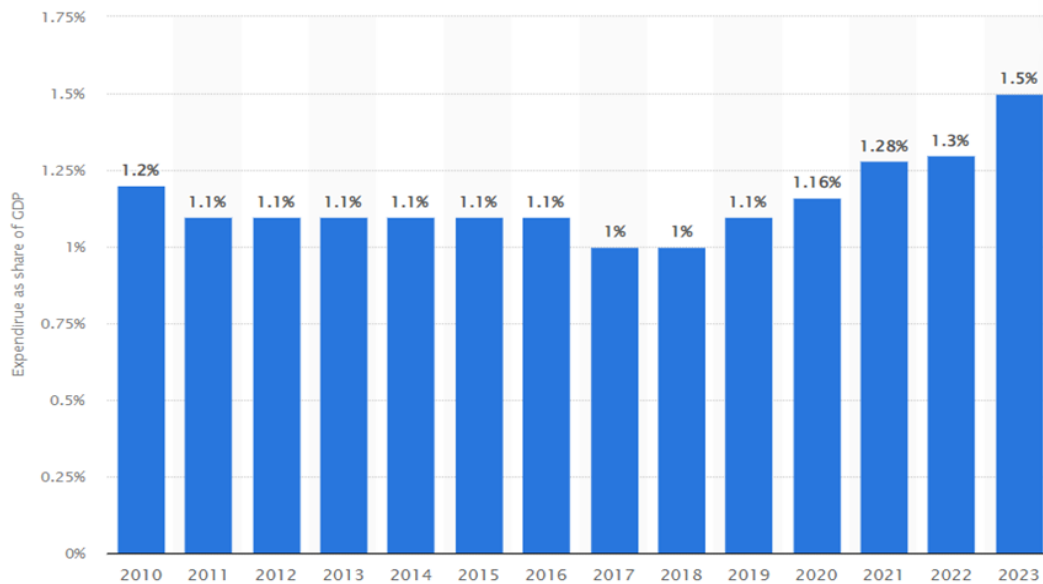


Figura 12 – Despesa Militar da Suécia em percentagem do PIB, desde 2010 até 2023.

Fonte: Statista

Na Figura 12, é possível verificar o aumento da despesa militar desde 2020 até 2023, no sentido em que aumentou de 1,16% para 1,5%, respetivamente. De notar também que a Comissão de Defesa da Suécia apresentou um relatório no âmbito do desenvolvimento da defesa militar que recomenda um aumento do nível de recrutamento, de 8000 para 10000 indivíduos em 2030 e 12000, em 2032, considerando também um novo aumento para 14000 em 2035, prevendo, desta forma, um aumento gradual do nível de recrutamento.

Assim, o recrutamento militar na Suécia tem evoluído ao longo do tempo, procurando adaptar-se às constantes transformações do Sistema Internacional e das sociedades. Atualmente, a Suécia possui um sistema neutro em termos de género, que desempenha um papel crucial na estratégia de defesa, bem como na política externa deste Estado.

	ESTONIA	FINLAND	LITHUANIA	NORWAY	SWEDEN	SWITZERLAND
Population (Eurostat, 2021)	1 330 068	5 533 793	2 795 680	5 391 369	10 379 295	8 667 088
Conscription established <sup>a</sup>	1920–1939/1991–	1878–1905/1919–	1918–1940/1990–2008/2015–	1814–	1901–2010/2017–	1848–
Recruitment type	Mandatory for men, voluntary for women	Mandatory for men, voluntary for women	Mandatory for men, voluntary for women, supplemented by volunteers	Selective gender-neutral	Selective gender-neutral supplemented by volunteers	Mandatory for men, voluntary for women
Length of basic military service (rounded)	8 or 11 months	5.5, 8.5 or 11.5 months	9 months	6–18 months	6–15 months	5 months
Conscripts in basic military training 2020 (rounded)	3 100	21 000	3 700	8 000	5 000	17 000
Approximate share of conscripts from a younger age cohort (18–early twenties, men and women)	18%	33%	10%	11%	5%	15%
Number of conscripts per 100,000 inhabitants (rounded)	236	379	135	148	48	196
Women	Voluntary since 2013	Voluntary since 1995	Voluntary since 2011	Mandatory since 2016	Mandatory since 2018 (supplemented by volunteers)	Voluntary, since 2005 the same right as men
Female participation of conscripts (rounded)	1%	4%	4%	25%	20%	1%
NATO membership	Yes, since 2004	Yes, since April 2023	Yes, since 2004	Yes, since 1949	No, applied in May 2022	No
EU membership	Yes, since 2004	Yes, since 1995	Yes, since 2004	No	Yes, since 1995	No

Figura 13 - Características, concepção e utilização do recrutamento militar dos seguintes Estados: Estónia, Finlândia, Lituânia, Noruega, Suécia e Suíça.

Fonte: Jonsson, E., Salo, M., Lillemäe, E., Steder, F. B., Ferst, T., Kasearu, K., Novagrokiene, J., Österberg, J., Sederholm, T., Svensén, S., Szvircev Tresch, T., & Truusa, T.-T. (2024). Multifaceted Conscription: A Comparative Study of Six European Countries. *Scandinavian Journal of Military Studies*, 7(1), pp. 19–33. DOI: <https://doi.org/10.31374/sjms.16>

Na Figura 13, apesar de estarem representadas as características e estruturas de seis Estados, consideramos pertinente analisar e comparar os dados relativos à Suécia e à Suíça, no âmbito do presente estudo.

Desta forma, enquanto a Suíça mantém o Serviço Militar Obrigatório (SMO), desde 1848, a Suécia criou o SMO em 1901, suspendeu o mesmo em 2010 e tornou a adotá-lo em 2017, embora com outras valências. Em termos de tipo de recrutamento, na Suécia, o

recrutamento é seletivo e neutro em termos de género, sendo complementado com voluntários, ao passo que na Suíça, o SMO é obrigatório para os homens e voluntário para as mulheres. Em relação à duração do recrutamento, na Suécia dura entre 6 e 18 meses e na Suíça, é de 5 meses. O número aproximado de jovens (homens e mulheres) conscritos é de 5% na Suécia e de 15% na Suíça e em relação à inclusão das mulheres, é obrigatório desde 2018, na Suécia e voluntário na Suíça, sendo que a sua participação é de 20% e 1%, respetivamente.

De notar ainda que o sistema Sueco poderá servir de modelo para as Forças Armadas Alemãs (Szymański, 2024).

No dia 12 de junho, foi apresentado por Boris Pistorius, Ministro da Defesa, um plano para introduzir um "novo serviço militar" na Alemanha. De acordo com o plano, os cidadãos alemães de ambos os sexos receberão um questionário aos 18 anos para avaliar a sua motivação para este novo tipo de serviço militar e a sua aptidão física. A resposta será obrigatória apenas para os homens. Com base no questionário, alguns deles (cerca de 50.000) receberão uma chamada para um exame médico. No primeiro ano, serão aceites cerca de 5000 voluntários para o serviço militar com uma duração entre 6 e 23 meses.

Contudo, mantendo um modelo voluntário, não foi descartada a possibilidade de passar a serviço obrigatório se os números de inscrições forem insuficientes. Os democratas-cristãos, da oposição, adotaram uma posição diferente, apoiando a introdução de um ano obrigatório de serviço comunitário nas Forças Armadas, ou em organizações sociais.

Esta proposta segue o modelo sueco, baseado na formação anual de um pequeno número de recrutas voluntários. Nesta fase, o "novo serviço militar" está previsto como totalmente voluntário, com o objetivo de incentivar as carreiras militares e reconstruir a reserva. As soluções propostas coincidem com a tendência regional de reintrodução do serviço militar obrigatório (Letónia, Suécia, Lituânia) ou de várias formas de voluntariado (Polónia). O plano expande o atual serviço voluntário nas Forças Armadas (FWDL) introduzido em 2021.

O “novo serviço militar” tem uma duração máxima de 23 meses (incluindo seis meses de formação de base) e destina-se a atrair candidatos a militares profissionais ou contratados por um período menor, embora os voluntários também possam optar por ingressar na reserva territorial após a formação de base. Os membros da FWDL recebem um salário mensal entre os 1800€ e os 2300€ sujeitos a somar com mais alguns bónus. O salário mínimo na Alemanha

é atualmente de 1584,00 Euros. A nova proposta de serviço militar inclui a sua fusão com a FWDL.

## 5 – Considerações Finais

Ao realizar a investigação para a produção deste Artigo Científico, no âmbito do Estágio EuroDefense-Portugal Primavera 2024, pudemos concluir que as Forças Armadas são um pilar essencial à defesa nacional e à sobrevivência do Estado em momentos críticos. No entanto, a realidade atual passa por um situação a nível nacional e europeu, de carência de efetivos e de capacidades para enfrentarem situações de conflito violento na Europa que se julgavam ultrapassadas.

As unidades políticas, repousam nas virtudes cívicas que as suas gentes manifestam e oferecem para garantir a sobrevivência coletiva. São estas que estão na base das instituições de defesa, desde sempre. A introdução do Serviço Militar Voluntário adotado em geral na Europa tem mostrado limitações e dificuldades no contexto atual em manter os níveis humanos necessários para uma ação efetiva de resposta a ataque externo. Sendo mais que um garante da defesa e da soberania, as forças armadas são parte inalienável da identidade do País, representado o símbolo da oferta suprema da vida para a sobrevivência do seu país e da sua Pátria. Nestas condições é normal e útil que se suscite o debate sobre esta matéria.

No primeiro capítulo, foi realizada uma contextualização histórica da introdução do Sistema Militar Obrigatório, onde se observou que os fatores que justificaram o abandono do SMO passaram não só pela alteração das condições externas, mas também pela vontade dos Estados em reduzirem a despesa pública considerada dispensável. Em relação à opinião pública portuguesa, é possível verificar a perceção de que com o Serviço Militar Voluntário, se gerou um distanciamento profundo entre a sociedade e as questões da segurança e defesa e os cidadãos parecem pressentir a necessidade de reganhar essa competência, quer em termos militares quer em áreas congéneres através de um serviço de cidadania. É de resto a perspetiva a que se chama de defesa de toda a sociedade ou “all of a society” na terminologia usada no caso da Finlândia.

No capítulo seguinte, relativo à situação das Forças Armadas em Portugal, conclui-se que um dos maiores desafios de que se tem falado em Portugal, no que toca às Forças Armadas Portuguesas, para além da questão do financiamento para a aquisição de equipamento para os três ramos, terrestre marítimo e aéreo, é o da atratividade das carreiras militares, quer seja para Oficiais, para Sargentos e para Praças. A falta de investimento e da atualização dos vencimentos dos nossos homens e mulheres em farda, tem ficado muito aquém daquilo que



seria expectável e desejável num País como Portugal. As tabelas de vencimentos dos militares são a maior preocupação para as Forças Armadas, preocupações que muito manifestamente já foram bastante reiteradas pelos Chefes dos Estados-Maiores de cada Ramo. Assim, a principal ideia deve ser a de evitar que o sistema possa ruir. Para isso, a prioridade das prioridades é garantir a retribuição justa e que o tempo de serviço seja útil e melhore as condições de carreira futura, para salvar o sistema antes que outro possa ser implementado.

Relativamente ao terceiro capítulo, o mesmo debruça-se sobre a evolução do Serviço Militar Obrigatório, de onde parece lícito concluir-se que atualmente, muitos Estados deparam-se com forças armadas em que o número de voluntários não é suficiente para gerar as unidades necessárias, nem os mobilizáveis indispensáveis, o que em conjunto com orçamentos reduzidos, se reflete numa diminuição considerável da capacidade de defesa do território nacional e do cumprimento das obrigações perante os diferentes acordos internacionais com outros países. Outro problema enfrentado pelas forças armadas é o seu afastamento da sociedade civil.

No último capítulo, foram sujeitos a análise dois Estudos de Caso: o SMO na Suíça e na Suécia. Desta forma, a Suíça mantém o Serviço Militar Obrigatório (SMO), desde 1848. Em termos de tipo de recrutamento, na Suíça, o SMO é obrigatório para os homens e voluntário para as mulheres em relação à duração do recrutamento é de 5 meses. O número aproximado de jovens (homens e mulheres) inscritos é de 15% na Suíça e em relação à inclusão das mulheres, é voluntário na Suíça, sendo que a sua participação é de cerca de 1%. Em relação ao sistema em vigor na Suíça, este é um aspeto profundamente enraizado da cultura e da estratégia de defesa deste Estado. Apesar dos debates e referendos, a população suíça tem demonstrado um forte apoio à continuação desta prática. Este sistema moldou a política de defesa da Suíça e continua a desempenhar um papel crucial na política externa e de segurança e defesa deste Estado.

Em contraste, o recrutamento militar na Suécia tem evoluído ao longo do tempo, procurando adaptar-se às constantes transformações do Sistema Internacional e das sociedades. Atualmente, a Suécia possui um sistema neutro em termos de género, que desempenha um papel crucial na estratégia de defesa, bem como na política externa deste Estado. De notar que vários Estados têm estudado a possibilidade de implementar o modelo sueco, como é o caso da Alemanha.

Parece-nos também que o sistema Sueco tem virtualidades que poderiam ser aplicadas a Portugal, caso se pretendesse acrescentar ao sistema de voluntariado, uma componente adicional para prestação de serviço militar, ou de cidadania, de curta duração. Para tal, o “Dia da Defesa” poderia ser alargado a um “Diálogo da Defesa” com os jovens portugueses para os informar sobre os temas atuais de defesa e identificar eventuais interessados, nomeadamente através de um questionário estruturado (tal como na Suécia) para avaliar a sua motivação e interesse. O novo serviço nacional de curta duração, poderia ter diversas vertentes desde a militar a outras como a de proteção ambiental. Ou seja, o serviço nacional de curta duração poderia ser militar ou alargado a um Serviço de Cidadania com várias opções. O que estaria de acordo com o sentir nacional maioritário, segundo a sondagem da SEDES.

## 6 - Referências Bibliográficas

- Agência Lusa (2023, novembro 1). *Forças Armadas com 23.425 militares e efetivos «drasticamente abaixo do autorizado»*. Observador. Disponível em: <https://observador.pt/2023/11/01/forcas-armadas-com-23-425-militares-e-efetivos-drasticamente-abaixo-do-autorizado/>
- (2004). *Anuário Estatístico da Defesa Nacional (AEDN)*. Ministério da Defesa Nacional. Disponível em: [https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn/Lists/PDEFINTER\\_DocumentoLookupList/Anuario\\_2004.pdf](https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/dn/edn/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Anuario_2004.pdf)
- Barndollar, G. (2024, Março 15). “Sweden’s new model army”. In *Foreign Policy* [online]. Disponível em: [Sweden's Military Conscription System Is a Model for NATO \(foreignpolicy.com\)](https://www.foreignpolicy.com/story/sweden-s-military-conscription-system-is-a-model-for-nato)
- Benitez, J. (2019, Inverno). *U.S. NATO Policy in the Age of Trump: Controversy and Consistency*. The Fletcher Forum of World Affairs, Vol. 43, No. 1, Global Transformations: A Century Since The Great War, pp. 179-200. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45289836>
- Bieri, M. (2015).” Military Conscription in Europe: New Relevance”. *CSS Analyses in Security Policy*, 180.
- Camacho, R. (2024, Abril 20). “Por um serviço militar obrigatório adaptado ao século XXI” In *Observador* [online]. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/por-um->

servico-militar-obrigatorio-adaptado-ao-seculo-xxi/

- Carreiras, H e Hilário V. (Coord.) (2021) “INQUÉRITO À POPULAÇÃO PORTUGUESA SOBRE DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS”. Relatório Global. Lisboa: Recursos da Defesa Nacional; Instituto da Defesa Nacional
- *Dia da Defesa Nacional*. (2017). República Portuguesa. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/defesa-nacional/informacao-adicional/dia-da-defesa-nacional.aspx>
- Direção do Jornal Sol. (2024, Abril 13). “General Mendes Ferrão: 'A situação mais preocupante para as FFAA são as tabelas remuneratórias dos militares'”. In *Jornal Sol* [online]. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/2024/04/13/general-mendes-ferrao-a-situacao-mais-preocupante-para-as-ffaa-sao-as-tabelas-remuneratorias-dos-militares/>
- Dell, H. (2024, Janeiro 24). “Why is Sweden telling its citizens to prepare for war?”. In *Bluemarble* [online]. Disponível em: [Why is Sweden telling its citizens to prepare for war? \(globalaffairs.org\)](https://bluemarble.org/why-is-sweden-telling-its-citizens-to-prepare-for-war/).
- Dyvk, E. (2024, Janeiro 30). “Swedish Armed Forces - Statistics & Facts”. In Statista [online]. Disponível em: [Swedish Armed Forces - Statistics & Facts | Statista](https://www.statista.com/statistics/1111111/swedish-armed-forces-statistics-facts/)
- Edwards C., Brown B., and Brennan E. (2024, Março 29). “Europe in ‘pre-war era,’ warns Poland’s Prime Minister Tusk, citing Russia’s threat”. In CNN (online). Disponível em <https://edition.cnn.com/2024/03/29/europe/poland-tusk-europe-pre-war-russia-ukraine-intl/index.html>
- Ferreira, R. (2017). *O Serviço Militar Obrigatório. Perspectivas Futuras*. Instituto Universitário Militar. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24551/1/TII%20-%20COR%20CAV%20Silva%20Ferreira.pdf>
- Figueiredo, F. (2024, fevereiro, 24). *Serviço Militar Obrigatório: sim, não ou nim?*. Observador. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/servico-militar-obrigatorio-sim-nao-ou-nim/>
- Gouveia e Melo, H. (2024, Março 28). “Reequacionar o serviço militar obrigatório poderá ser uma medida necessária: A opinião do Almirante Gouveia e Melo”. In *Expresso*. [online]. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/defesa/2024-03-28-Reequacionar-o-servico-militar-obrigatorio-podera-ser-uma-medida-necessaria-a-opiniao-do-Almirante-Gouveia-e-Melo-b0c206b5>
- Hegglin, O. (2022, Setembro 20). “Commentary: Evolving Switzerland’s Conscription

System into a Citizen's Service". In Human Security Centre [online]. Disponível em: [Commentary: Evolving Switzerland's Conscription System into a Citizen's Service - Human Security Centre \(hscentre.org\)](#)

- Hilário, V.; Carreiras, H.; Magalhães, P.; Pinto, R.; Borlinhas, V.; Cardoso, A.; Tinoco, A; Reis, C; Capela, M.; Silva, C. (2021, julho). *Inquérito à população portuguesa sobre Defesa Nacional e Forças Armadas*. Recursos da Defesa/IDN/ICS/IPRI. Disponível em: [https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/outraspubl/outraspubl/Documents/Inquerito%20Populacao\\_7JUL2021/Resultados%20Inqu%C3%A9rito%20%C3%A0%20Populacao%20Portuguesa%20IDN%20DGRDN%20IPRI%20ICS%20JUL2021.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/outraspubl/outraspubl/Documents/Inquerito%20Populacao_7JUL2021/Resultados%20Inqu%C3%A9rito%20%C3%A0%20Populacao%20Portuguesa%20IDN%20DGRDN%20IPRI%20ICS%20JUL2021.pdf)
- Hunt, J. & Hoi, G. (2022, Agosto 28). “Vital for the future: what our readers think of gender-neutral conscription”. In *SwissInfo* [online]. Disponível em: [‘Vital for the future’: what our readers think of gender-neutral conscription - SWI swissinfo.ch](#)
- Jonsson, E., Salo, M., Lillemäe, E., Steder, F. B., Ferst, T., Kasearu, K., Novagrokiene, J., Österberg, J., Sederholm, T., Svensén, S., Szvircev Tresch, T., & Truusa, T.-T. (2024). Multifaceted Conscription: A Comparative Study of Six European Countries. *Scandinavian Journal of Military Studies*, 7(1), pp. 19–33. DOI: <https://doi.org/10.31374/sjms.166>
- Lidia Gibadło, L e Szymański, P (2024) “Plans for a new model of military service in Germany” in Center for Eastern Studies. Disponível em <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2024-06-14/plans-a-new-model-military-service-germany>
- Macron, E. (2024, abril 25). *Discours du Président de la République sur l'Europe à la Sorbonne*. Élysée. Disponível em: <https://www.elysee.fr/front/pdf/elysee-module-22625-fr.pdf>
- Matthias, B. (2015). *Military Conscription in Europe: New Relevance*. Center For Security Studies. Disponível em: <https://www.research-collection.ethz.ch/handle/20.500.11850/118187>
- Matos, V. (2024, Março 28). “Chefe do Exército propõe estudar regresso do serviço militar obrigatório”. In *Expresso* [online]. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/defesa/2024-03-28-Chefe-do-Exercito-propoe-estudar->

regresso-do-servico-militar-obrigatorio-3f7b19b6

- Monteiro, A. L. (2024, abril 5). *Quais os países da UE com e sem serviço militar obrigatório e aqueles que estão a repensá-lo*. SIC Notícias.  
<https://sicnoticias.pt/mundo/2024-04-05-Quais-os-paises-da-UE-com-e-sem-servico-militar-obrigatorio-e-aqueles-que-estao-a-repensa-lo-531e8462>
- Monteiro, J. F. (2018, janeiro). *O Serviço Militar em Portugal – o debate necessário*. Revista Militar nº 2592. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1295>
- *Conselho de Ministros reduz o tempo de serviço militar obrigatório*. (1990, abril 5). Rtp Arquivos. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conselho-de-ministros-reduz-o-tempo-de-servico-militar-obrigatorio/>
- Monteiro (2016), in Ferreira, R. (2017). *O Serviço Militar Obrigatório*. Instituto Universitário Militar *Perspectivas Futuras*. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24551/1/TII%20-%20COR%20CAV%20Silva%20Ferreira.pdf>
- Odehnal, J., Neubauer, J., Olejníček, A., Boulaouad, J., & Brizgalová, L. (2021). *Empirical analysis of military expenditures in NATO nations*. *Economies*, 9(3), 107. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7099/9/3/107>
- Ouro, J. (2011). *Análise da evolução dos vencimentos dos militares da FA portuguesas, após 1975* (Doctoral dissertation, Academia Militar. Direção de Ensino). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/7021>
- Raínho, P e Santos, D.C. (2023, Outubro 13). “Força Aérea vive momento "mais grave dos últimos 50 anos". O raio-X que serviu de aviso ao Governo e o recuo horas depois”. In *Observador* [online]. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/forca-aerea-vive-momento-mais-grave-dos-ultimos-50-anos-o-raio-x-que-serviu-de-aviso-ao-governo-e-o-recuo-horas-depois/>
- Rongé, J., Abrate, G. (2019). *Conscription in the European Union Armed Forces: National Trends, Benefits and EU Modernised Service*. Finable. Disponível em: <https://finabel.org/wp-content/uploads/2019/10/FFT-The-EU-Conscription-Model-W.pdf>
- Yanatma, S. (2024). *Which countries are home to the most educated people in Europe?* Euronews. Disponível em: <https://www.euronews.com/next/2024/06/15/which-countries-are-home-to-the-most-educated-people-in-europe>





# PORTFÓLIO

## *Euro Defesa Portugal*

ESTÁGIO ACADÉMICO EURODEFENSE PORTUGAL  
2024

*Seque-nos em::*



@eurodefensejovem



@eurodefensejovem-portugal5469



eurodefenseportugal



linktr.ee/eurodefenseportugal



linkedin.com/company/eurodefense-jovem-aee-edjp



@EDJPortugal

*Contacta com o Euro Defesa através de:*



jovem@eurodefense.pt  
eurodefense@defesa.pt